

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GENTRIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO,
POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

VINÍCIUS DOS SANTOS SILVA

PORTO ALEGRE

2022

VINÍCIUS DOS SANTOS SILVA

GENTRIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO,
POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa

Porto Alegre
2022

VINÍCIUS DOS SANTOS SILVA

GENTRIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

Monografia apresentada ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa (Orientador) -UFRGS

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mauch – UFRGS

Prof.^a Me. Carla de Moura - UFRGS

Porto Alegre
2022

AGRADECIMENTOS

Minha jornada até este momento foi difícil, mas não solitária. Devo a muitas pessoas um enorme e verdadeiro agradecimento. Contudo, neste curto espaço, encaminharei esta simbólica lembrança e carinho às pessoas que mais me ampararam nesta conquista.

Sendo assim, primeiramente agradeço a minha avó, Maria Veralda por ter sido uma mulher fantástica, corajosa, guerreira e não contente em ser tudo isso, gerou e criou uma mulher tão incrível quanto ela, minha mãe. Ela, Tatiana de Cássia Almeida dos Santos ou para mim, simplesmente mãe, eu agradeço por todo esforço, exemplo, motivação e empurrões que me deu. Sem você, certamente, não estaria me diplomando, assim, te agradeço e te dedico este trabalho.

Agradeço a minha irmã, Pâmela, por me ajudar a todo momento, mesmo quando não percebe, mesmo que sem querer, me anima e torna uma pessoa melhor todos os dias. À minha vó de coração, Ione, que, assim como todas as mulheres acima, torceu sempre por mim, a ela também dedico esse diploma e meus agradecimentos.

Agradeço também as minhas amigas e meus amigos, por toda paciência, compreensão e ajuda que me deram durante toda a graduação, mas principalmente nessa reta final. Em especial (em ordem alfabética para não dar confusão) à Ariane Paz, Caroline Corrêa, Daniela Pavan, Eduardo Andrade, Inaê Macedo, Juliana Zubaran, Lionara Leão e Marlise Marquiol. Amo vocês!

Por fim, agradeço quem participou diretamente neste Trabalho: às entrevistadas Rejane Aquino e Luciana Genro, aos entrevistados Luciano Cardoso, André de Castro, Marcus Viana, Fabian Domingues e Eber Marzulo, ao meu orientador prof. Marcus Vinícius Rosa e às professoras Carla de Moura e Cláudia Mauch que participaram da banca examinadora.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo entender como se dão e quais as consequências das políticas de gentrificação na região da Grande Cruzeiro e arredores. Para isso, foram analisados desde pesquisas e projetos de lei a matérias e reportagens de jornais.

Pesquisou-se, primeiramente, a história e a formação da região, compreendendo melhor como essa se constitui e onde está inserida. Após, por meio de diversos trabalhos de diferentes campos de pesquisa, buscou-se compreender melhor como estão sendo implementadas as políticas de gentrificação nos bairros nos quais a Grande Cruzeiro está inserida, destacando-se o bairro Cristal, onde está se estabelecendo a maior parte dos empreendimentos e obras, além de seus efeitos práticos à população da região estudada.

Ainda, realizou-se entrevistas com moradoras/es, pesquisadores/as e pessoas que trabalham e atuam politicamente na região, com o objetivo de coletar visões e entendimentos diversificados sobre a temática, além de compreender os mecanismos e ações de resistências contra tais políticas por parte de sua comunidade e quem atua na mesma.

Palavras-chave: Gentrificação; Resistência; Grande Cruzeiro; Habitação.

ABSTRACT

This work aims to understand the gentrification policies in the Grande Cruzeiro region and surroundings, how it occurs, and its consequences. For this purpose, we analyzed from research and bills to newspaper articles and reports.

Firstly, we research the history and formation of the region, to understand better how it is constituted and where it is inserted. Afterward, through several works from different fields of research, we sought to understand in detail how the gentrification policies are being implemented in the neighborhoods in which Grande Cruzeiro is inserted, highlighting the Cristal neighborhood, where most of the developments and works are being established, in addition to its practical effects on the population of the region studied.

Also, interviews with residents, researchers, and people who work and act politically in the region were carried out, to collect diverse views and knowledge on the subject and understand the mechanisms and actions of resistance against these policies by part of the Grande Cruzeiro community and people who work there.

Keywords: Gentrification; Resistance; Grande Cruzeiro; Housing.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE:	9
1.2 HISTÓRIA ORAL	11
1.3 LUGAR DE FALA.....	12
1.4 GENTRIFICAÇÃO.....	13
2 A GRANDE CRUZEIRO	15
2.1 A FORMAÇÃO DA GRANDE CRUZEIRO	15
2.2 GRANDE CRUZEIRO EM NÚMEROS E DADOS	17
2.3 ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORAS E MORADORES, COLETIVOS E DEMAIS ENTIDADES	19
3 GENTRIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO E ARREDORES	24
3.1 INSTALAÇÃO DO BIG CRISTAL	24
3.2 CONSTRUÇÃO DO BARRASHOPPINGSUL.....	26
3.3 OBRAS DA COPA DO MUNDO DE 2014	29
3.4 GOLDEN LAKE E PONTAL	36
4 ENTREVISTAS E IMPRENSA: DEFIRENTES VISÕES SOBRE A GENTRFIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO E ARREDORES.....	41
4.1 A GRANDE CRUZEIRO.....	43
4.2 A GENTRIFICAÇÃO	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso, a seguir explanado, tem a finalidade de compreender as políticas de gentrificação e as suas formas de resistência, na região da Grande Cruzeiro, Porto Alegre, RS.

A Grande Cruzeiro está inserida em cinco bairros da zona sul de Porto Alegre. Zona essa que possui um alto interesse imobiliário, tornando-a um campo de obras de urbanização: novos empreendimentos, condomínios e outras obras. Tais ações repercutem, de maneira mais incisiva e negativa, na população mais vulnerável social e economicamente, perfil majoritário de quem reside na Grande Cruzeiro.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a analisar as ações e políticas públicas e privadas na região, no que toca o campo de gentrificação e urbanização, além de coletar as impressões sobre essas moradoras/es e demais pessoas que pesquisam, trabalham e atuam na Grande Cruzeiro, por meio de entrevistas.

O autor deste trabalho é um homem negro, gay, cisgênero, filho de professora de anos iniciais no Neeja Julieta Villamil Balestro e militante político na Grande Cruzeiro embora não reside na região e sim no bairro Vila Nova. Durante a graduação, o autor desenvolveu um grande interesse em temáticas socioeconômicas e raciais, sobretudo no Brasil. Esse interesse, conjuntamente com o aumento de sua militância na Grande Cruzeiro ocasionada pela pandemia da COVID-19 e suas terríveis consequências sociais - principalmente em localidades onde há uma maior concentração de pessoas negras e pobres – influenciaram a escolha de abordar a Grande Cruzeiro e umas das malezas que mais a atinge – a gentrificação - neste trabalho de conclusão de curso.

1.1 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE:

Assim sendo, o presente trabalho pertence ao campo de estudos da História do Tempo Presente (HTP) que, segundo Roger Chartier, enfatiza o papel da historiadora e do historiador do que no evento em si, pois para ele no contexto da História do tempo presente:

o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (CHARTIER, 1993 apud FERREIRA, 2000, p. 10).

Schurster (2015), complementa a compreensão dissertando que o papel de quem pesquisa e estuda HTP é “de tornar legível seu próprio tempo, dando aos problemas e acontecimentos presentes uma historicidade, fazendo com que os eventos sejam problematizados.” (SCHURSTER, 2015, p. 424).

A História do tempo presente é um campo que sofreu muitas críticas e reprovações. Contudo, para Ferreira (2000), a Segunda Guerra Mundial e seu imenso impacto fizeram com que diferentes correntes e escolas histórias convergissem no entendimento da importância e relevância do estudo do tempo presente.

O conhecimento sobre o passado segue sendo fundamento para os estudos de HTP, conforme destaca Vilar (1998) a “compreensão exigente do presente é inseparável do conhecimento do passado” (VILAR, 1998 apud JÚNIOR, 2007, p. 19.). Júnior (2021) reforça esse entendimento quando trata dos estudos de HTP sobre a Segunda Guerra, como nesta passagem: “passado penetrava fundo num presente opaco, carregado das recentes experiências vividas, mas ainda silenciadas.” (JÚNIOR, 2021, p. 18).

Judt (2014, apud JÚNIOR, 2021, p. 19), critica fortemente a ignorância e desestima da academia com a HTP:

perversa insistência contemporânea em não entender o contexto de nossos presentes dilemas, domésticos e internacionais; em não ouvir com maior atenção algumas das cabeças pensantes das décadas anteriores; em buscar ativamente o esquecimento, em vez da lembrança, em negar a continuidade

e proclamar a inovação em todas as ocasiões possíveis (JUDT, 2014 apud JÚNIOR, 2021, p. 19).

O uso das metodologias da HTP fundamentou o entendimento dos processos de gentrificação na cidade de Porto Alegre, que ocorrem há muito tempo, conforme veremos.

As políticas de gentrificação em Porto Alegre, cabe ressaltar, não são uma novidade do “nosso tempo”, pelo contrário. Nossa cidade possui, enraizadas em sua história, as políticas de gentrificação, remoções e reassentamentos. Conforme expõe Rosa (2014), bairros hoje valorizados e nobres já foram povoados por famílias escravizadas, negras e pobres, como os bairros: Cidade Baixa e Bom Fim, entre outros.

Segundo levantamento do próprio Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), entre os anos de 1980 e 1999 um total de 8.590 famílias foram removidas e/ou reassentadas na cidade (COSTA, 2008, p. 36).

Há determinada parte da população da cidade que vive sob constante ameaça de "expulsão" de suas casas. A justificativa, normalmente usada pelos órgãos públicos, é que por essas casas estarem em:

locais impróprios para construção de moradias, como áreas alagáveis ou encostas de morros, a PMPA executa o processo de regularização fundiária, com o tratamento urbanístico dos locais. São realizadas abertura e asfaltamento de ruas, instalação de água encanada e energia elétrica, melhoria das habitações e remoções internas de famílias, retirando somente as habitações que estão nos lugares mais insalubres. (Costa, 2008, p. 37).

Para ficar nítido, quando considerado que determinada parte da população vive sob ameaça de "expulsão" de onde mora, estamos falando da população, majoritariamente, negra e pobre da cidade. Este trabalho se preocupará em estudar uma das regiões que mais abriga essa população em Porto Alegre: “A Grande Cruzeiro”. Essa, é uma das regiões mais populosas de Porto Alegre, agregando cerca de 40 vilas, em sua maioria irregulares, segundo o Censo/IBGE de 2000. (IBGE, 2000)

Um dos objetivos deste trabalho é compreender as formas de resistências e enfrentamentos às políticas de gentrificação na região. Para esse fim, se fez

necessária a obtenção de entrevistas e a coleta de fontes orais para a construção e cumprimento desses objetivos. Logo, foram entrevistados/as moradoras e moradores da Cruzeiro acerca das políticas em curso.

1.2 HISTÓRIA ORAL

O estudo sobre História oral se faz indispensável. Sua importância tem muito a ver com a luta por espaço e por voz dos invisibilizados da História. Negras e negros, gays, trans, indígenas, mulheres e tantos outros grupos excluídos e silenciados, através da História oral vêm participando, contribuindo e construindo um conhecimento histórico mais democrático e rico.

Portelli (1997), essencial para a realização deste trabalho, trata sobre a complementariedade das fontes escritas e orais:

Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos. Mas a depreciação e a supervalorização das fontes orais terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando estas fontes ou meros suportes para fontes tradicionais escritas, ou cura ilusória para todas as doenças (PORTELLI, 1997, p. 26).

Já Ferreira (2002) destaca a função e contribuição social da História Oral que é completamente compatível com os objetivos deste trabalho:

As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social (FERREIRA, 2002, p. 322).

Observando a bibliografia, a complementariedade da História oral e escrita para estudos acerca de HTP e história de minorias, tratadas neste Trabalho em questão, torna o uso dessas obrigatório. Assim, a devida construção de conhecimentos e entendimentos dos processos estudados e das/os personagens que os abrange.

1.3 LUGAR DE FALA

O desafio de coletar entrevistas e depoimentos das moradoras e dos moradores da Cruzeiro Sul, ou seja, escutar as vozes das pessoas, que serão mais impactadas com o processo estudado, tem como norte a importância da produção de conhecimento como lugar de fala. Por mais recente que seja o debate sobre o lugar de fala e seu papel nos estudos sociais, esse vem contribuindo muito na promoção da História oral, História do tempo presente e, principalmente, no aumento da presença e atuação das minorias na produção científica. Nesse sentido, lugar de fala se tornou para muitos uma reivindicação e um direito, essencialmente utilizado pelos movimentos negros, feministas e LGBTQIA+ para confrontar e criticar o conhecimento produzido e consolidado pela epistemologia hegemônica, ou seja, a epistemologia conservadora e excludente. (PEREIRA, 2018).

Moura (2019) nos resume o conceito de Lugar de fala quando coloca que este “é uma categoria forjada por intelectuais negras e utilizada para garantir que vozes dissonantes sejam escutadas em meio a existência de um regime discursivo dominante.”. Pereira (2018) considera como uma das funções do conceito lugar de fala “restituir humanidades negadas estabelece uma crítica da hierarquização dos saberes como produto da classificação racial, demonstra que o modelo valorizado e universal de ciência é branco, eurocristão e patriarcal.” (PEREIRA, 2018, p. 154). Já Djamila (2017), provendo uma reflexão sobre a obra de Grada Kilomba (2012), nos traz sua visão sobre o desafio dos grupos negligenciados pela “epistemologia hegemônica” em falar e serem ouvidos, assim como a necessidade de enfrentar esse desafio: “[...] é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar”. A autora coloca essa dificuldade da pessoa branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do Outro, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados (RIBEIRO, 2017, p.31).

Logo, este trabalho se propõe a ouvir, além de habitantes da região, quem pesquisa, trabalha e atua politicamente na Grande Cruzeiro, tendo uma variedade de compreensões e significações, a partir dos seus lugares de fala.

1.4 GENTRIFICAÇÃO

Compreender as diversas faces da gentrificação urbana e suas inúmeras consequências, principalmente sociais, é imprescindível para ter um conhecimento, mais amplo, sobre as mazelas sociais que atingem, principalmente, a população negra e pobre de Porto Alegre.

O termo gentrificação foi criado em 1964 pela socióloga britânica Ruth Glass no livro *London: Aspects of change*. Para Souza (2008), a intenção de cunhar o termo era descrever um fenômeno que esta havia observado, desde a década de 1950, em Londres:

[...] um processo de recuperação das áreas residenciais decadentes, tradicionalmente ocupadas pela classe trabalhadora de baixa renda, e a substituição dos antigos moradores por outros de camadas sociais de renda mais elevada. (Souza, 2008, p. 13).

Com o aumento da população e da demanda por residências para as classes média e alta, que buscam moradias, majoritariamente, em regiões mais próximas ao centro da cidade e longe da periferia, observamos, conforme aponta Rodrigues, um afastamento das classes “perigosas”, ou seja, uma periferização dessas classes (RODRIGUES E MELLO, 2015, p.22).

Já Furtado (2003), contribui para a compreensão do termo quando o relacionado com o *modus operandi* do sistema capitalista, que se caracteriza pela ampla produção de mercadorias para a geração de lucros. Nesse contexto, a gentrificação para o autor nada mais é que a transformação do espaço em mercadoria, em outras palavras, a gentrificação age em um determinado espaço transformando-o numa mercadoria, valorizando para a obtenção de lucro.

Ruth Glass (1964), analisou as particularidades do processo de gentrificação ocorrida no centro de Londres na década de 1950, contudo, há que se destacar que a realidade do processo naquele território nem sempre é observada em outros.

Entretanto, Shin (2018 apud MARCO, 2020) nos mostra que há uma série de ações bem comuns na prática de gentrificação:

Como projeto econômico, a transformação dos espaços nas cidades ocasiona melhorias estruturais, pois há um aumento no recolhimento de impostos, aumento dos financiadores e atuação dos agentes imobiliários, de negócios e limpeza do espaço, escondendo, por seus impactos positivos, um projeto político e ideológico do Estado e das elites, (SHIN, 2018, MARCO et al., 2020, p.03).

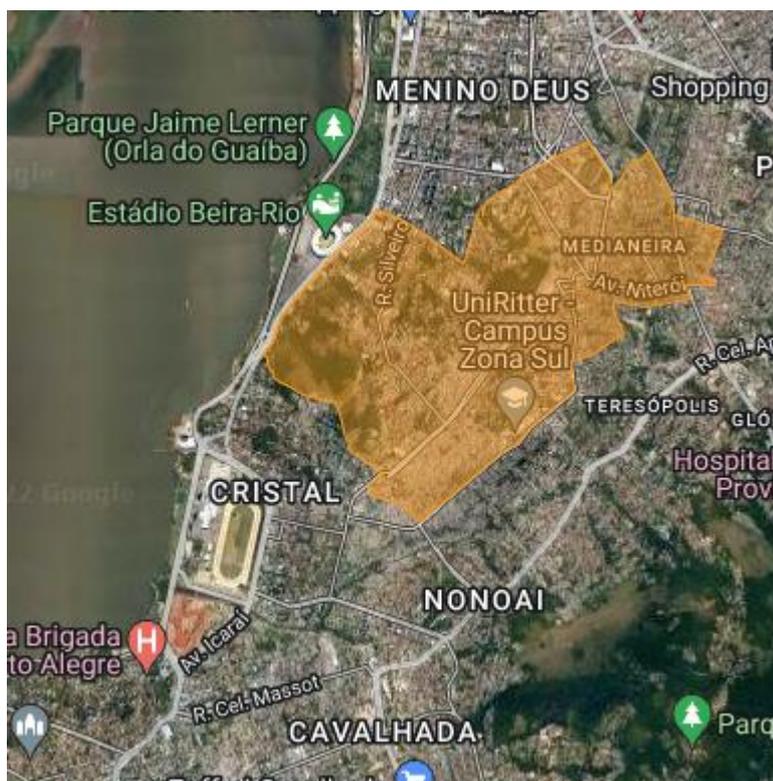
As políticas gentrificadoras em prática na Grande Cruzeiro e região, possuem suas peculiaridades, as quais veremos a seguir. Primeiro, será feita uma apresentação mais aprofundada da região, sobretudo acerca da sua formação e conjuntura atual.

2 A GRANDE CRUZEIRO

2.1 A FORMAÇÃO DA GRANDE CRUZEIRO

A Grande Cruzeiro é uma região de enorme relevância para a cidade de Porto Alegre, pois sua população estimada é de 200 mil pessoas, significando cerca de 15% da população total do município (IBGE, 2010 apud BARBOSA, 2015, p. 167). Além do alto número populacional, há que se destacar seu território, que possui aproximadamente 200 hectares que abrangem 5 bairros da cidade: Cristal, Medianeira, Santa Tereza, Nonoai e Teresópolis (OBSERVAPOSA, 201-).

Figura 1 – Mapa Grande Cruzeiro/ Porto Alegre



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Maps (2022)

O início da ocupação da região, entre as décadas de 1950 e 1960 (BARBOSA, 2016, p. 101) tem tudo a ver com os processos estudados neste trabalho, pois o aumento populacional de POA e a implementação de políticas “modernizadoras” ocasionaram diversas remoções e expulsões de famílias entre o final da primeira e o início da segunda metade do século XX e impulsionou a moradia em regiões mais

afastadas do centro da cidade (VIEIRA, 2017). Moraes (1999) explicita esse fenômeno em POA, nos informando que essa

[...] começou a se desenvolver a partir da segunda metade do século XX, atrelada ao crescimento urbano da cidade de Porto Alegre, que criou condições para que, paralelo ao desenvolvimento das áreas centrais da cidade, começasse o afastamento da população com níveis de renda mais baixos para zonas de infraestrutura mínima ou zero, denominadas de periferias. Neste período, em torno de 100 famílias ocuparam a região, em sua grande maioria, vindas de outras localidades da cidade e que foram atraindo outras pessoas (MORAES; ANTON, 1999 apud BARBOSA, 2016, p. 101).

O Projeto Renascença é um ótimo exemplo das políticas gentrificadoras responsáveis pela migração de populações negras e pobres da região centro-sul de POA à periferia da cidade, como a Grande Cruzeiro (MEINERZ, ESTEVES e PETRI, 1991). Tais transformações consolidaram e originaram bairros como Restinga Velha, principalmente nas décadas de 70, 80 e 90 (SOUZA, 2008). Pesavento (1999) nos relata que a Ilhota, principal localidade impactada pelo Projeto Renascença, apesar de estar de certa forma bem localizada na cidade, sofria com diversas inundações do Arroio Dilúvio, falta de coleta de lixo e saneamento básico deplorável que contrastava com seu entorno. Souza (2008) precisa melhor a região afetada pelo Projeto:

[...] Projeto previa uma área de abrangência de 427 hectares, atingindo 87% dos bairros Menino Deus, 51,5% do Azenha, 50,2% do Cidade Baixa, 48,8% do Praia de Belas e, 9,6% do Medianeira, uma área que abrigava, na época, uma população de 57 mil pessoas. (SOUZA, 2008, p. 45).

Além das populações removidas das áreas centrais da cidade, o povoamento da Grande Cruzeiro se deve também à vinda de famílias inteiras oriundas do interior do Rio Grande do Sul, conforme aponta (TEIXEIRA, 2010).

A transferência do Jockey Club para sua atual localização, na Avenida Diário de Notícias, no bairro Cristal, no ano de 1959, também proporcionou um aumento populacional na Grande Cruzeiro com a chegada dos trabalhadores da construção do Hipódromo (COMIM, 2010). Também conhecido como Hipódromo Cristal, o Jockey Club foi um dos principais centros de eventos da cidade; além de sua grandiosa área, seus pavilhões projetados pelo arquiteto Román Fresnedo Siri foram considerados um marco da arquitetura moderna de POA, sendo tombado pelo Patrimônio Histórico e Arquitetônico da cidade no ano de 2005 (AVOZANI, 2020).

Em 1949, o Estaleiro Só, também migrou para o bairro Cristal, ocasionando um “período de desenvolvimento e densificação no bairro” (Ibid.). O Estaleiro Só foi uma das principais indústrias navais do Brasil, tendo na década de 1970 aproximadamente 3.000 funcionários. Contudo, no ano de 1995, a empresa declarou falência e a região onde atuava - conhecido como Pontal do Estaleiro - ficou sob o poder da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) (RODRIGUES, 2019).

A chegada desses estabelecimentos acarretou na presença de mais empreendimentos na região, o que, por sua vez, contribuiu para um maior aumento populacional. Houve, por exemplo, a instalação da indústria de garrafas térmicas da empresa Termolar na década de 1960 (Ibid.) Foi no ano de 1959 que a maioria dos bairros que comportam a Grande Cruzeiro foram oficialmente demarcados, através da Lei nº 2022, de 7 de dezembro do referido ano. Nessa lei, os bairros Santa Tereza, Nonoai e Cristal foram demarcados, além de mais cinco outros da zona sul da cidade (Porto Alegre, 1959).

2.2 GRANDE CRUZEIRO EM NÚMEROS E DADOS

Apesar da relevância da região, já citada e justificada, o que vemos é uma certa “invisibilidade” por parte da historiografia, em estudos sobre a origem e as mudanças na região, do poder público, na solução e atendimentos das demandas básicas da mesma, e do interesse público geral, na cobrança dessas soluções e atendimentos. O que se pode ver na Grande Cruzeiro é uma alta quantidade de sub-habitações, alagamentos, acúmulo de resíduos e demais necessidades básicas (ÁVILA; ARAÚJO, 2006, p.36), que contrastam com a realidade de determinadas populações no entorno que habitam os bairros Menino Deus, Praia de Belas e até mesmo no próprio bairro Cristal.

FIGURA 2 – Moradias Precárias na Grande Cruzeiro



Fonte: NATALÍCIO (2003, p. 21)

A região da Grande Cruzeiro, apesar de possuir um enorme contingente populacional, conta com uma infraestrutura precária, escolas sucateadas, coleta de lixo prejudicada pela quantidade de ruas e becos estreitos, diversos alagamentos ocasionados pela coleta de lixo irregular e por se tratar de uma região entre morros, além dos altos índices de violência e tráfico de drogas. (BARBOSA, 2015). Ainda sobre a população da Grande Cruzeiro, vale destacar que essa é composta por 31,59% de pessoas autodeclaradas negras/pretas (IBGE, 2010), bem acima da porcentagem total dessa população em toda a POA, que é de 20,24% (Ibid.).

Observando os dados apresentados anteriormente, podemos relacionar a formação populacional da Grande Cruzeiro com a realidade de uma profunda desigualdade racial e social no Brasil. Conforme consta no site Atlas Brasil (2013), a Grande Cruzeiro é umas das regiões com menor quantidade de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo: apenas 39,5%, menos da metade da porcentagem da região central de Porto Alegre, onde os dados apontam 86%. (IBGE, 2010).

Para Azenath e Maria Elisa (2018), a educação é essencial para a construção de uma sociedade mais igual e justa. Nesse sentido, os péssimos índices sobre a educação na Grande Cruzeiro trazem, por sua vez, horríveis resultados à região, conforme nos mostra Ávila e Araújo (2006):

Com relação à renda e à escolaridade, é importante registrar que a região possui um reduzido número de crianças e jovens que vão à escola, apresentando o segundo maior índice de não-frequência em Porto Alegre. Segundo o relatório citado acima, este pode ser um dos principais fatores que explicam a cooptação de jovens para o narcotráfico, uma forma de obter uma renda mesmo com baixa escolaridade. (ÁVILA; ARAÚJO, 2006, p.37).

Esse contexto de desigualdade social tem como consequência, para além da ausência de direitos básicos, a construção de estigma territorial relacionando a população desses territórios às ações, características e atributos generalistas e preconceituosos, conforme destaca Barbosa (2013). A concepção sobre a população da Grande Cruzeiro e algumas outras regiões da cidade acaba por colaborar na composição de uma visão de antagonismo entre uma dita “urbanidade” e a periferia. Ávila e Araújo (2006) contribuem no entendimento desse antagonismo:

Assim, é inevitável que se podem identificar problemas de criminalidade na região da Grande Cruzeiro, mas ali não se trata do principal foco de Porto Alegre, e esta segregação social em relação àquele espaço mostra que a cidade formal mantém há muitos anos uma visão contrária à favela, como se ela produzisse uma contaminação social no meio urbano. (ÁVILA; ARAÚJO, 2006, p.378).

Esse ciclo de desigualdade que se perpetua através de estigmas e preconceitos, principalmente o racial, colabora para a execução das políticas gentrificadoras, tema deste Trabalho. Além da gentrificação, outras políticas e ações perversas atacam os direitos básicos da população da região. Para lutar contra esses ataques, a Grande Cruzeiro conta com diversas associações, coletivos e grupos organizados, conforme veremos a seguir.

2.3 ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORAS E MORADORES, COLETIVOS E DEMAIS ENTIDADES

A segregação social, apontada anteriormente por Ávila e Araújo (2006), é um dos fatores que faz as comunidades “isoladas” socialmente a se organizarem em associações, grupos e coletivos com o objetivo de lutar e reivindicar direitos,

assistências e auxílios para sua comunidade. Tais tipos de organização comunitária estão presentes na Grande Cruzeiro desde muito cedo e foi através desses que a região obteve diversas conquistas, conforme destaca Barbosa (2016):

“Grande parte das conquistas na região é fruto muito mais das lutas dos moradores por melhorias nas suas condições de vida, do que pela gestão de políticas públicas, conforme pode ser evidenciado nas narrativas dos moradores da região.” (BARBOSA, 2016, p. 115.)

Barbosa (2015), destaca ainda mais a relevância da atuação dessas entidades na Grande Cruzeiro:

Para que o mínimo de infraestrutura chegasse a Cruzeiro, foi preciso muita organização por parte dos moradores da região, através de mutirões e associação “baseadas em lutas coletivas, união e solidariedade, na busca por melhorias nas suas condições de vida” (BARBOSA, P. 12, 2015)

A União de Vilas, a AMAVTRON e a AMOVICS são as organizações de maior referência na Grande Cruzeiro. A União de Vilas é uma entidade que atua em 36 comunidades da Grande Cruzeiro, abrangendo quase a totalidade da região (FERREIRA, 2020). De acordo com Barbosa (2016), em relação à origem da entidade no final dos anos 1970:

Foi fundada pelas Associações de Moradores da Região da Grande Cruzeiro, tendo por objetivo articular as demandas comuns das vilas da região, com vistas a lutar coletivamente por melhorias nas condições de vida da população (BARBOSA, 2016, p. 101).

Em seu início, no ano de 1978, a União de Vilas era conhecida ainda como União de Vilas da Zona Sul. Nesse período congregava cerca de 26 comunidades da Grande Cruzeiro (REÓS, 2003). Ainda segundo Reós (2003), a União de Vilas, com o intuito de organizar as principais demandas da região, se estruturou em diferentes comissões permanentes propiciando um foco maior em cada uma dessas demandas divididas em assuntos macros, como: comissões de habitação, saúde e saneamento e educação.

Dentre as inúmeras contribuições da União de Vilas para a Grande Cruzeiro cabe ressaltar sua atuação no reconhecimento municipal da Cruzeiro como macrorregião no Orçamento Participativo de Porto Alegre em 1989, que propiciou uma organização e planejamento maior da região sobre a atuação e uso dessa política pública (FEDOZZI, 2001 apud REÓS, 2003, p. 26). No mesmo ano, a União de Vilas atuou na conquista de um direito tão básico, mas de grande importância para

a comunidade da Vila Tronco, pertencente à região da Grande Cruzeiro: o pleno acesso à água potável. Antes dessa data, havia apenas três torneiras comunitárias na localidade; essas torneiras, que atendiam diversas famílias, por incrível que pareça, já eram uma melhoria, pois na década de 1970, apenas uma torneira atendia à comunidade (MEINERZ, ESTEVES e PETRI, 1991 apud NEGREIROS, 2019, p. 14).

A municipalização do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS) talvez seja o maior exemplo da unidade e luta da população da Grande Cruzeiro, juntamente com a participação de entidades organizadas como a União de Vilas. O então Postão de Atendimento Médico 3 (PAM-3) tinha diversos problemas estruturais e de atuação social, uma vez que era gerido pela autarquia federal Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, criada pelo regime militar no ano de 1977. Essa autarquia era responsável pela assistência médica à população, segurada pelo antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ou seja, não havia o direito universal à saúde garantido pela Constituinte de 1988 mediante a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). (FLEURY; CARVALHO, S. d.).

No dia 14 de setembro de 1988 houve uma ocupação pela população e movimentos sociais do PAM-3. O fechamento da emergência pediátrica do Posto foi a “gota d’água” para o descontentamento da população com os serviços prestados pelo PAM-3. A transferência da administração do PAM-3 do INAMPS para o município foi a solução apontada pelas e pelos manifestantes para a resolução dos diversos problemas de funcionamento do Posto. A ocupação popular surtiu efeito: foi decidido, por meio de um termo aditivo do INAMPS, que a gestão do PAM-3 ficaria sob a gestão da prefeitura de POA. Trata-se da primeira municipalização relacionada à saúde da cidade, pois isso ocorreu antes da já citada criação do SUS (CAMARGO, 2018). Essa conquista é emblemática à Grande Cruzeiro e à cidade como um todo. O impacto social do PACS até os dias atuais é imenso, pois refere-se a um pronto atendimento com funcionamento 24 horas, aberto diariamente, incluindo finais de semana e feriados, com sete serviços essenciais para a saúde da população: Clínica Médica, Pediatria, Saúde Mental, Odontologia, Traumatologia, Pequenos Procedimentos Cirúrgicos e Setor de Radiologia (PORTO ALEGRE, S. d.).

A fundação da Cooperativa de Trabalho, Produção e Comercialização dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre Ltda., a Cootravipa, também se relaciona profundamente com a história da Grande Cruzeiro e a luta da União de Vilas. O contexto social da criação da Cootravipa se passa nos anos de 1980, a chamada década perdida, onde se viu um aumento da desigualdade social, miséria, desemprego e aumento da inflação e da dívida externa (SANTAGADA, 1990). Nesse contexto de amplo desemprego da população, a União de Vilas em conjunto com a comunidade da Grande Cruzeiro decidiram cobrar das autoridades públicas uma maior atenção através de um

[...] acampamento na Praça da Matriz, para reivindicar junto aos governos Municipal e Estadual uma solução para tanto desemprego e miséria. A oferta foi de apenas 200 vagas de trabalho pela Prefeitura. O Estado não manifestou interesse em soluções, apenas colocou a Tropa de Choque para coibir e controlar o movimento (COOTRAVIPA, S. d.).

Na falta de uma resolução mais eficiente por parte da Prefeitura de POA e, principalmente, do governo do estado do Rio Grande do Sul, a própria comunidade se reuniu e elaborou a criação de uma cooperativa de prestação de serviços básicos onde as associadas e os associados eram moradores da Grande Cruzeiro e, majoritariamente, desempregadas e desempregados. Hoje, a Cootravipa tem mais de 35 anos de atuação, 2.000 sócias e sócios de diversas vilas de Porto Alegre, com diversos contratos públicos como a coleta de resíduos da cidade (COOTRAVIPA, S. d.).

Nessa pequena amostragem apresentada, fica evidente a importância da atuação da União de Vilas na Grande Cruzeiro. Contudo, há que se destacar a existência de diversas outras associações de moradoras e moradores na região, que são, em sua maioria, restritas a determinada vila da região, por exemplo, a Associação de Moradores da Vila Cruzeiro do Sul (AMOVICS) e a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tronco Neves e Arredores (AMAVTRON). Mesmo que, na teoria, essas tenham uma atividade na vila em que se localizam, as associações produzem e conquistam ações, projetos e fundos que contribuem para toda a Grande Cruzeiro. A AMOVICS, localizada na Vila Cruzeiro do Sul, fundada no ano de 1987, atende em sua sede diversas demandas da comunidade e através de seus projetos sociais focados na educação, lazer e bem-estar de crianças e adolescentes gera

resultados positivos no cenário preocupante de escolaridade e evasão escolar já apresentados neste trabalho (AMOVICS, 201-).

Já a AMAVTRON atua na Vila Tronco Neves desde sua fundação, em 10 de janeiro de 1987. Assim como as demais associações, a AMAVTRON é criada em razão das muitas demandas sociais da comunidade na qual está inserida. Desde sua fundação, ela está presente na luta e nas conquistas de direitos e é mantenedora de programas educacionais, como creches, cursos e oficinas através de diversos convênios, como o convênio firmado em 2010 com o Consulado do Japão. A entidade também possui a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social - Área de Educação. (AMAVTRON, S. d.).

As contribuições de associações e entidades na Grande Cruzeiro são muitas e inegáveis; elas não estão isoladas nesse tipo de participação, pois a cidade de Porto Alegre tem como característica a atuação dessas entidades no cotidiano dos bairros, regiões e comunidades. Um levantamento realizado por Baierle (1999) aponta, por exemplo, que as associações de moradores estão entre todos os tipos de organizações coletivas que mais compareceram às reuniões do Orçamento Participativo, cerca de 40,9%, quase a metade. (BAIERLE, 1999 apud WAISELFISZ, 2004, p. 37).

Assim, as atuações das associações e coletivos citados anteriormente, como outros não citados, estão entrelaçadas na história da Grande Cruzeiro, tomando para si, muitas vezes, a responsabilidade social que deveria ser do poder público.

3 GENTRIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO E ARREDORES

As políticas de gentrificação exercidas na Grande Cruzeiro datam ainda na década de 1990 e estão em prática até os dias atuais. Veremos a seguir algumas ações públicas e privadas que fazem parte das políticas de gentrificação na região e que, direta ou indiretamente, possuem como consequência a facilitação de uma “limpeza social, levando os menos desejáveis longe do espaço urbano” (SHIN, 2018 apud MARCO, 2020, p. 03).

3.1 INSTALAÇÃO DO BIG CRISTAL

O Hipermercado Big Cristal pertence ao conglomerado multinacional Walmart, criado em 1962, no estado do Arkansas, Estados Unidos (WALMART/USA, S. d.). A chegada do Walmart ao Brasil data no ano de 1995, na cidade de São Caetano do Sul, São Paulo. Atualmente, a empresa possui 471 lojas físicas em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal (WALMART/BRASIL, S. d.).

A fundação do Big Cristal na zona sul de Porto Alegre, mais precisamente na Avenida Diário de Notícias, começou em 1996 com a compra de um terreno com cerca de 188 mil m², pela empresa Multiplan, esse, estava desocupado e pertencia à Sociedade Jockey Club do Rio Grande do Sul. Segundo Petersen (1984), o terreno em questão foi originado por um aterro do Lago Guaíba em 1959, realizado para comportar a vinda do Hipódromo ao bairro Cristal (PETERSEN FILHO, 1984 apud AVOZANI, 2019)

Podemos considerar que a instalação do Hipermercado seja um dos marcos dos processos de gentrificação na região, pois o empreendimento “abriu a porta” para novos empreendimentos na localidade no século XXI.

Muito antes da compra do terreno e construção do Hipermercado, a região da Grande Cruzeiro e arredores tinha um caráter rural: com pouca ou nenhuma infraestrutura para ocupações. Não havia iluminação, saneamento básico, transporte eficiente, nem opções de vias, para a população se deslocar ao centro da cidade (SOUZA e MÜLLER, 2007 apud AVOZANI, 2020). Por muito tempo, a Estrada de Ferro do Riacho era a única via que conectava a região com o centro e essa era

usada, exclusivamente, para o transporte de dejetos da área central da cidade para seu despejo na Ponta do Melo ou Ponta do Asseio no bairro Cristal, entre o Pontal e o Píer do Barra shopping Sul nos dias atuais (MACHADO, 2010).

Conforme visto anteriormente, durante o século XX a região começa a aumentar sua densidade populacional, contudo, para Comim (2010), a partir da implementação do Hipermercado Big Cristal ocorreu uma “revolução” na região com a realização de diversas obras e, principalmente, a vinda de diversos empreendimentos e projetos, tendo inúmeros impactos sociais na localidade.

Esse fenômeno que, culminou na construção de avenidas e variadas obras públicas, somadas com uma maior oferta de serviços e opções de lazer no bairro Cristal e arredores promoveram interesses e investimentos imobiliários. Esses, são de fácil percepção, quando se observa o aumento de construção de condomínios fechados de classe média alta na localidade (TEIXEIRA, 2010).

A região onde se localiza os bairros Cristal e Santa Teresa é caracterizada pela proximidade do centro da cidade e das margens do Lago Guaíba, com uma paisagem belíssima, além de contar com uma floresta nativa considerável, ou seja, estamos falando de área com atributos interessantes, porém, antes da instalação do Hipermercado Big, contava com poucos serviços e poucas habitações regulares.

Conforme nos explica Souza (2008), esse cenário vem ao encontro das premissas da gentrificação:

Um processo de gentrificação, portanto, funciona como um elemento que ativa um potencial de valorização de uma determinada área pouco prestigiada pelo mercado imobiliário, mas com parte dos investimentos necessários para sua revalorização já realizados. Dentre os processos de produção do espaço da cidade, a gentrificação está intimamente relacionada a essa ideia de aproveitamento de uma potencialidade de valorização pré-existente, mas não aproveitada. Assim, a mudança entre os moradores de menor para os de maior renda é apenas o efeito mais visível de um processo complexo, que envolve ações que potencializam um valor latente presente em uma determinada localização (SOUZA, 2008, p. 30).

O terreno adquirido pela Multiplan em 1996, além do Hipermercado Big, passou a comportar o Barra Shopping Sul em 2008. A partir desse momento, o processo de gentrificação na região, inclusive na Grande Cruzeiro, passa a se intensificar.

3.2 CONSTRUÇÃO DO BARRASHOPPINGSUL

O BarraShoppingSul é um dos maiores empreendimentos realizados em Porto Alegre, tendo como classificação de equipamento o porte “mega”, pois possui um total de 96.400m² construídos (MULTIPLAN, 2020). O Shopping pertence à Multiplan, que é uma das maiores empresas da indústria de shoppings do Brasil.

O terreno onde foi construído o Shopping Center, inicialmente, abrigou o somente o Hipermercado Big, esse serviu de empreendimento “âncora”. Como citado, as obras no terreno começaram em 1996, neste ano, já foram realizadas as primeiras remoções de famílias para a conclusão da construção do Hipermercado e logo após mais remoções foram executadas para a construção do Shopping e demais obras relacionadas ao empreendimento, resultando em diversas remoções nas vilas Cai-Cai, Sanga da Morte, Campos do Cristal e outras. As famílias expulsas da região foram reassentadas, por exemplo, nos bairros Campo Novo e Chapéu do Sol, ainda mais distante do Centro Histórico da cidade (AVOZANI, 2020).

Segundo Avozani (2020), apesar das remoções de famílias, há ainda ocupações irregulares no entorno do Shopping, principalmente, na Vila Cruzeiro (AVOZANI, 2020).

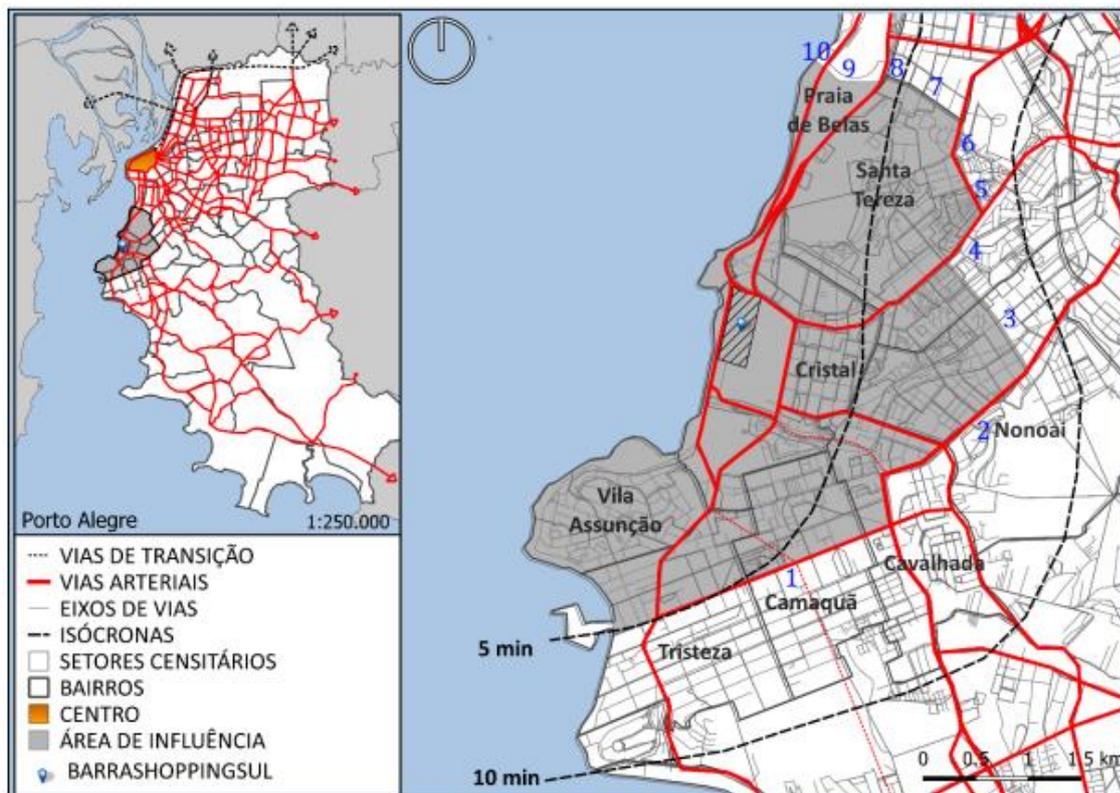
Após a inauguração do BarraShoppingSul, outros empreendimentos chegaram ao bairro Cristal e arredores, gerando novas remoções, além de uma desigualdade social mais visível ainda, contrastando os condomínios fechados, casas de luxo e belos empreendimentos às vilas e suas sub-habitações, destacando, sobretudo, as vilas Tronco, Cristal e Cruzeiro do Sul (COMIM, 2010).

Comim (2010) contribui na análise dessa desigualdade profunda no Bairro, apontando neste a existência de bolsões de pobreza, para além das residências e prédios caros e belos. A autora nos destaca seis bolsões: “Vila Ecológica, Vila Pedreira, Vila Cristal, Foz da Cavallhada, Vila Nossa Senhora das Graças e Valão do Icaraí” (COMIM, 2010, p. 31). Dois dos seis bolsões de pobreza destacados pela autora pertencem à Grande Cruzeiro.

Cabe ressaltar que boa parte da Grande Cruzeiro se localiza no bairro Cristal, sendo assim, muito do que acontece neste impacta diretamente toda a região

estudada. Nesse sentido, o trabalho de Avozani (2020) nos mostra a área impactada pelo BarraShopping Sul, que inclui a Grande Cruzeiro, conforme mapa:

Figura 3 - Mapa influência e impacto BarraShoppingSul



Fonte: MARASCHIN; AVOZANI (2020, p. 6)

Podemos perceber que, quase a totalidade da Grande Cruzeiro é impactada pelo empreendimento, segundo o estudo apresentado.

Um dos impactos mais relevantes considerados por Avozani (2020) é uma redução populacional de 5,2% no entorno do Shopping Center entre os anos de 2000 e 2010, neste mesmo período, Porto Alegre apresentou um aumento populacional de 3,4% (AVOZANI, 2020).

A partir dos dados apresentados é possível ver um contraste da variação populacional entre região e o restante da cidade:

Constata-se então que o entorno do shopping center como um todo não se densificou, outros locais atraíram mais crescimento populacional na cidade nesse período. O bairro Cristal é o que mais perdeu população percentualmente, já o bairro Tristeza, ao sul do shopping center, teve crescimento maior que a média da cidade. (AVOZANI, 2020, p. 95)

Conforme aponta a bibliografia, a densidade populacional é, comumente, um dos indicadores de pobreza de determinado território. Nesse sentido, é imprescindível observarmos os números sobre densidade populacional, processos de gentrificação no contexto urbano, pois conforme Santos et al. (2017), são fenômenos importantíssimos na compreensão das mudanças sociais e econômicas da cidade:

Considera-se que os processos de substituição de formas urbanas, adensamento e gentrificação estão no centro dos mecanismos contemporâneos de produção de cidade, fazendo uso e sendo influenciados pela forma urbanizada das periferias e das áreas pobres. Eles criam condições desiguais de uso das oportunidades espaciais oferecidas pelas cidades, vinculando a exclusão territorial à exclusão social e econômica. (SANTOS et al., 2017, p. 440)

Figura 4 - Tabela variação populacional região entorno do Shopping

Indicadores/ Locais	População (hab)		Densidade Populacional (hab/ha)		Δ%
	2000	2010	2000	2010	
Porto Alegre	1.355.529	1.401.021	31,54	32,59	+3,4
Entorno SC	95.361	90.376	84,51	80,09	-5,2
Bairros adjacentes					
Camaquã	21.723	20.101	101,71	94,11	-7,5
Cavahada	19.854	18.582	89,55	83,81	-6,4
Cristal	21.054	19.225	73,74	67,33	-8,7
Nonoai	32.222	31.001	65,81	63,31	-3,8
Santa Tereza	47.175	43.391	95,22	87,59	-8,0
Tristeza	15.125	16.198	56,86	60,89	+7,1
Vila Assunção	4.591	4.418	35,14	33,81	-3,8

Fonte: MARASCHIN; AVOZANI (2020, p. 8)

Para além das remoções executadas para a construção do Shopping, obras viárias e demais, o processo de gentrificação, também, promove a substituição da população mais pobre da região por uma nova população portadora de melhores condições socioeconômicas com ações “indiretas”. Furtado (2003) nos resume melhor essa outra consequência das políticas gentrificadoras:

A gentrificação pode ocorrer de duas formas: a primária que se refere a expulsão direta das famílias do local e a secundária que compreende a expulsão indireta, ou seja, a saída espontânea das famílias, a partir de uma nova lógica presente no espaço urbano.(FURTADO, 2003).

Assim, outros aspectos têm como resultante a expulsão de determinada população de suas moradias, destaca-se o aumento substancial do custo de vida, por meio de aumentos de impostos - originados pelas melhorias de ruas, iluminação, saneamento básico e afins - o aburguesamento da localidade, que propicia a oferta de serviços mais caros que antigamente, além da dissolução das redes de

solidariedade, antes existentes, ocasionadas pelas remoções diretas. Nesse sentido, Nabuco (2021), nos mostra essa metodologia de ação gentrificadora nas comunidades mais precarizadas, como a Grande Cruzeiro:

É provável que ocorram deslocamentos indiretos (imediatos ou não) nestas comunidades, tanto pelo efeito em cascata do aumento dos preços da moradia (venda e aluguéis), quanto pela exclusão sociocultural, em que novos estilos de vida, dos novos moradores geram um aumento do custo de vida na região, deixam de existir serviços e atividades para a população com menos rendimentos e propicia uma quebra das relações de vizinhança (NABUCO, 2021, p.156-157)

A Multiplan e outras médias e grandes empresas são as principais responsáveis diretas pela gentrificação e outros impactos sociais no bairro Cristal, bairro que boa parte da Grande Cruzeiro pertence. É nítido que os órgãos públicos apoiaram ou concederam mecanismos legais para a execução dessas ações que provocaram, por exemplo, a gentrificação da região. Mas, a partir da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, o próprio “Estado” arquiteta, produz e implementa obras e dinâmicas que geraram como efeito prático gentrificação.

3.3 OBRAS DA COPA DO MUNDO DE 2014

No ano 2007 o Brasil foi anunciado pela Fifa como sede da Copa do Mundo de 2014 (CANÔNICO, 2007). A partir desse momento, diversos planejamentos, obras e construções foram executadas no país, principalmente nas 12 cidades-sedes da Copa, Porto Alegre era uma delas:

Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA). Além das 12 cidades escolhidas, participaram da disputa Rio Branco (AC), Belém (PA), Maceió (AL), Goiânia (GO), Florianópolis (SC) e Campo Grande (MS). (DOMINGUES et al, 2011, p. 410)

Em Porto Alegre, além das obras no Estádio Beiro Rio, que sediou 4 jogos da Copa do Mundo (EBC, 2013), outras dezenas de obras foram ou estão sendo executadas. Um dos setores que recebeu mais recebeu investimento para o evento foi o de mobilidade urbana, que planejou e realizou obras de prolongamento de ruas e avenidas, construção de trincheiras, corredores de ônibus, pavimentações e outros (PORTO ALEGRE, S. d.).

Parte do orçamento de execução dessas obras de mobilidade urbana era destinado às diversas remoções de famílias nas localidades de implementação dessas obras, como aponta a tabela abaixo:

Tabela 1 – Valores Empenhados, liquidados e pagos em Remoções nas Obras da Copa*

Obra	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
RS - A.01 - Corredor Avenida Tronco	3.466.480,47	3.466.480,47	3.466.480,47
RS - A.02 - Corredor Terceira Avenida Perimetral	4.509.015,71	4.509.015,71	4.509.015,71
RS - A.03 - Corredor Avenida Padre Cacique/Avenida Edvaldo Pereira Paiva (Esta obra se completa com os Trech			
RS - A.04 - Monitoramento dos 3 Corredores			
RS - A.05 - BRT Avenida Protásio Alves	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
RS - A.06 - BRT Avenida João Pessoa			
RS - A.07 - Corredor Rua Voluntários da Pátria	3.439.242,17	3.439.242,17	3.439.242,17
RS - A.08 - Prolongamento da Severo Dullius	1.459.000,00	1.459.000,00	1.459.000,00
RS - A.09 - Complexo da Rodoviária			
RS - A.10 - BRT Avenida Bento Gonçalves			
Totais	17.373.738,35	17.373.738,35	17.373.738,35

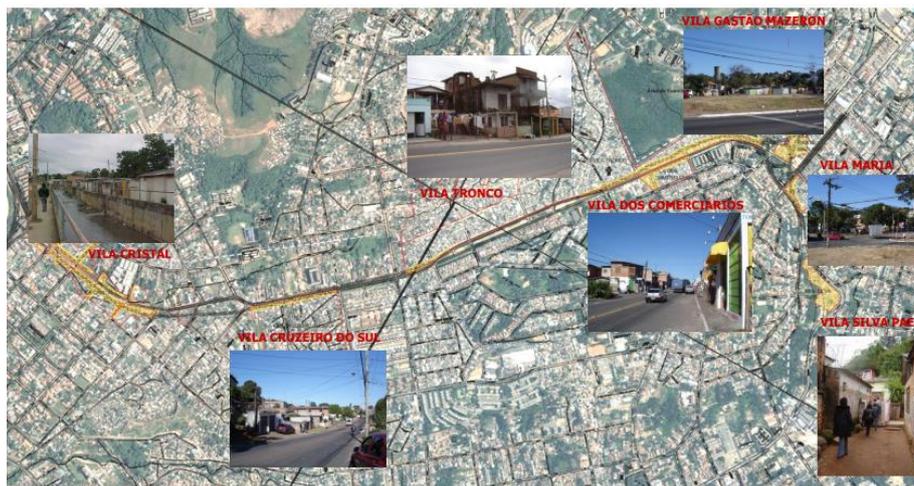
Fonte: Feito pelo autor, dados obtidos no Portal de Transparência da PMPA

Dentre as várias obras que tiveram como consequência remoções e reassentamentos em Porto Alegre, este trabalho se concentrou nas obras relacionadas à Avenida Moab Caldas (Tronco), que se localiza na Grande Cruzeiro.

Como principal pretexto para a implementação das remoções, sem as devidas consultas, acordos e respeito às moradoras e aos moradores, a Prefeitura de Porto Alegre usou, por diversas vezes, o termo “ocupações irregulares” para descrever as casas das famílias impactadas pelas remoções. A obra da Avenida Tronco atingiu várias vilas da Grande Cruzeiro, conforme é demonstrado pelo levantamento feito pelo próprio DEMHAB:

*No Portal de Transparência da PMPA, onde foram retiradas as informações na Tabela 1, não há data da última atualização dos valores e dados.

Figura 5 - Mapa Vilas atingidas pelas obras na Avenida Tronco



Fonte: DEMHAB (2011)

A Prefeitura estima que 1.460 famílias já foram removidas para o término da duplicação da Avenida onde o investimento para esta é de 129 milhões de reais (VITALI, 2022).

Às famílias retiradas de suas casas foram oferecidas pela PMPA duas opções de contrapartida: o aluguel social e o bônus moradia.

O aluguel social, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 18.576, prevê a destinação de verbas da Prefeitura para o pagamento mensal às famílias, devidamente registradas e aprovadas no DEMHAB, com o objetivo de locação de imóvel por tempo determinado, nos casos analisados neste trabalho, o pagamento deve ser efetivado até a conclusão e entrega das habitações nos conjuntos habitacionais prometidos pela PMPA e pela MULTIPLAN. Já as famílias que optaram pelo bônus moradia recebem um único pagamento pelo DEMHAB e esse deve ser destinado à aquisição de uma nova moradia, escolhida pela própria família, ao contrário do aluguel social. O valor do bônus moradia é de R\$78.000,00, podendo ser maior, nos casos de coabitação por mais de um núcleo familiar, por moradia (GUERREIRO, 2021).

Segundo Favaro et al. (2015), a PMPA priorizou a construção do estádio, reformas do Aeroporto Salgado Filho e diversas obras viárias, como a obra da Avenida Tronco, e deixou para segundo plano o planejamento e execução dos reassentamentos. Ocorreram poucos debates e discussões com as comunidades

afetadas, muitas das necessidades e solicitações feitas por essas, não foram atendidas e, principalmente, os valores concedidos às famílias tanto como bônus moradia, tanto como aluguel social estão muito abaixo do contexto imobiliário atual da cidade de Porto Alegre (FAVARO et al., 2015).

Nesse sentido, para Fonseca et al. (2016) a moradia foi o principal direito impactado na execução das obras referentes à Copa do Mundo, pois diversas remoções foram efetivadas e ainda, segundo os autores, algumas remoções foram feitas sob “pressão da polícia e de máquinas que derrubariam as casas” (FONSECA, SILVA e RHEINHEIMER, 2016, p. 83).

Para Alfonsin (2000 apud GUTTERRES, 2014), ameaças e as efetivas remoções são comuns nas periferias e vilas quando se trata, principalmente, de conjunturas de “grandes projetos e grandes reformas” que se relacionam com a exclusão da população pobre de determinadas regiões.

Uma das promessas da PMPA é a construção de conjuntos habitacionais na Grande Cruzeiro para atender parte das famílias removidas de suas moradias em decorrência das obras na Avenida Tronco (MENDONÇA, 2019). Essa proposta resolveria, mesmo que para poucas famílias, o problema da realocação em bairros mais distantes do centro da cidade e de familiares e amigos. Contudo, a referida proposta não teve aceitação de parte moradores que compõem a classe média do bairro Cristal, pois esses reassentamentos das famílias provocaria uma desvalorização de seus imóveis. No intuito de protestar contra os reassentamentos, esse grupo moradores organizaram um abaixo-assinados (COMUNELLO, 2011).

Figura 6 - Foto Crianças brincando nos entulhos da obra da Avenida Tronco



Fonte: Santos, Guilherme. (Sul 21, 2017)

O loteamento proposto que atenderá o maior número de famílias, dentre os 16 previstos, é o Loteamento Cristiano Kraemer, localizado a 6 quilômetros da Grande Cruzeiro e que, segundo levantamento do DEMHAB, nele poderá habitar cerca de 157 famílias (DEMHAB, 2011).

As obras viárias na Avenida Tronco não foram as únicas ações planejadas pela iniciativa privada e poder público que poderiam impactar a população da Grande Cruzeiro. O Projeto de Lei (PL) nº 388/2009, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia 14 de dezembro de 2009 apresentava a seguinte proposta:

Poder Executivo Autoriza a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul - FASE a alienar ou permutar imóvel situado no Município de Porto Alegre. (Rio Grande do Sul, 2019)

O PL chamou a atenção de diversos setores da sociedade, pois ele previa a venda ou troca do terreno da FASE que tem 73,3 hectares de área e localizado numa região valorizada da cidade, no pé do Morro Santa Tereza, bem próximo do estádio Beira-Rio, além de que este estava sendo avaliado nos documentos relacionados ao PL em R\$79,3 milhões, valor considerado muito abaixo da realidade imobiliária (GUTTERRES, 2014).

Dentre os setores contrários ao PL, destaca-se o movimento das/os moradoras/es do bairro Santa Teresa, que abriga boa parte da Grande Cruzeiro, além da participação de associações, coletivos e sindicatos. O movimento organizado ficou conhecido como “O Morro é Nosso” em razão da defesa do direito à moradia e permanência da população local, fortemente atingida por remoções desde a construção do BarraShoppingSul e, a partir do PL 388/2009 e das Obras na Avenida Tronco, foi constatado pelo Movimento um projeto eminente para mais remoções na região.

Para Gutterres (2014), o ano de 2008 foi marcado pela remoção de diversas famílias já citadas na construção do shopping center, o bônus moradia pago no período era de R\$40.000,00, insuficiente para aquisição de casas na mesma região da remoção, logo, as famílias viam essas políticas como uma expulsão da população a favor dos interesses da iniciativa privada, principalmente no caso da venda do terreno da FASE, onde segundo o movimento “O Morro é Nosso” se tratava do aumento da especulação imobiliária na região. Gutterres (2014) ainda nos resume a atuação do movimento na luta as políticas de remoção no bairro Santa Teresa:

promoveu uma série de caminhadas, marchas, distribuição de cartazes pela cidade; criando uma agitada manifestação contra a venda da área de 73 hectares da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS) (GUTTERRES, 2014, p.67).

Figura 7 - Charge Yeda privatizando a FASE



Fonte: Bier (2010)

É indissociável a realização das obras para a Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre com a implementação de remoções, reassentamentos e outros impactos relativos à moradia de famílias, Melchionna e Becker (2015) nos mostram esse cenário em números:

Figura 8 - Quadro Famílias atingidas pelas Obras do Aeroporto e adjacências, entorno do estádio e PISA (2014)

Obras	Descrição	Comunidades	Nº de famílias atingidas	Ações públicas
Aeroporto	Ampliação da pista do aeroporto	Vila Dique	1.476	Remoção/ reassentamento
Aeroporto	Instalação de equipamento ILS2	Vila Nazarê	1.291	Remoção/ reassentamento
Corredor da Avenida Tronco	Ligar o estádio oficial à região central, aeroporto, rodoviária e região hoteleira	Vila Cristal, Vila Divisa, Vila Cruzeiro, Vila Tronco, Gaston Mazeron, Vila Maria	1.525	PMCMV, Bônus Moradia, Aluguel Social
Entorno do estádio	Vias de acesso ao estádio oficial	Ocupação, 20 de novembro	50	Bônus Moradia, Aluguel Social
Entorno do estádio	Perímetro de segurança da zona FIFA	Morro Santa Teresa	4.000	Comunidades resistiram ao processo de remoção, foram cadastradas e aguardam a 4 anos a regularização fundiária
Programa Integrado Socio Ambiental (PISA)	Ações para o saneamento como requisito à cidade sede da Copa 2014	Vila Foz, Campo Velho, Pantanal, Upamaroti, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Ângela Corso, Vila Barbosa Neto, Vila Icarai I, Vila Icarai II, Vila Hipica	1.680	Remoção/ reassentamento, Bônus Moradia, Aluguel Social, Regularização Fundiária

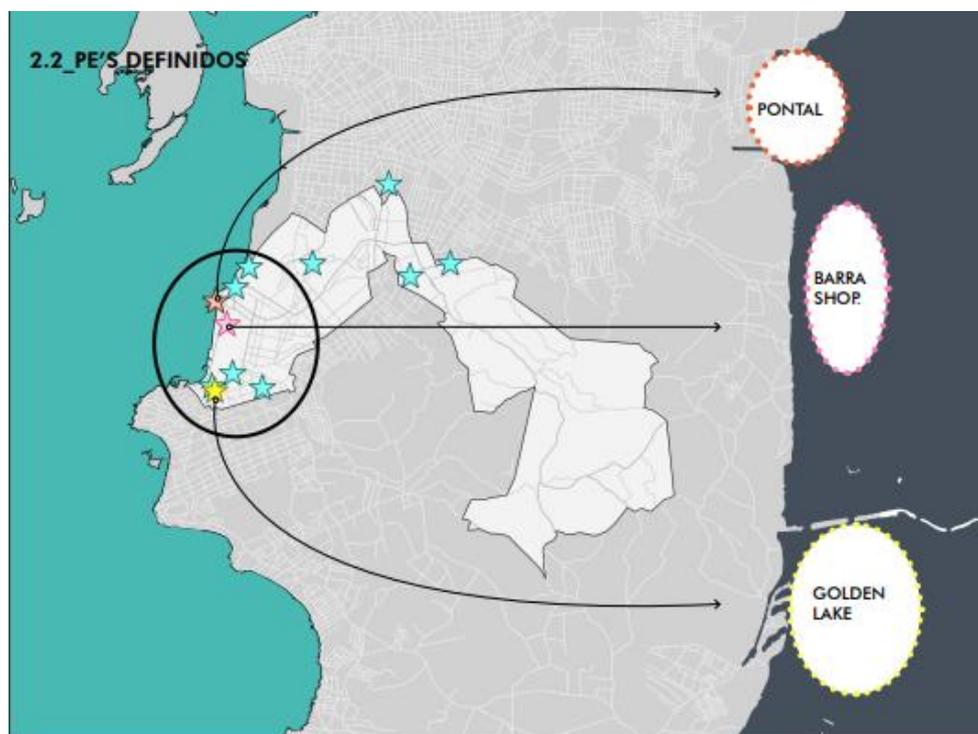
Fonte: MELCHIONNA; BECKER (2015, p. 38)

Para Duarte (2012), sem a tão sonhada conquista da regularização fundiária, diversas famílias viram e estão vendo suas casas ruindo, no que toca a região da Grande Cruzeiro, tudo indica que esse panorama seguirá por muitos anos.

3.4 GOLDEN LAKE E PONTAL

Dentro da já citada chegada de novos empreendimentos nos arredores da Grande Cruzeiro, há dois que necessitam de ampla atenção: o Golden Lake e o Pontal.

FIGURA 9 - Mapa Zona de Impacto: Pontal, Barra e Golden Lake



Fonte: NODARI, (2019, p. 17).

O Golden Lake, já em construção, será o primeiro bairro privativo da cidade de Porto Alegre. Trata-se de um mega empreendimento da Multiplan, mesma empresa que gere o BarrashoppingSul, como aponta a figura anterior. Segundo fala de José Isaac Peres, presidente da Multiplan, em entrevista para o Jornal O Sul sobre a construção do Bairro:

“O Golden Lake coroa uma nova fase da cidade, consolidando o novo eixo de crescimento de Porto Alegre. Estamos trazendo uma proposta única de viver os prazeres de um bairro de alto padrão com infraestrutura, segurança e localização exclusiva, em frente à parte mais nobre da Orla de Porto Alegre e integrado ao BarraShoppingSul, assim como fizemos com o Barra Golden Green no Rio de Janeiro” (O’SUL, 2021).

Conforme projeto, o Bairro contará com 19 torres residenciais de alto padrão, numa área total de 163 mil m² e com um investimento estimado de R\$ 2,5 bilhões (SFREDO, 2020).

Nos 163 mil m² de território, apenas 10% será de área construída para habitação, o restante será destinado ao lazer dos moradores do bairro, como: cicloviárias, pistas de caminhada, quadras de tênis, futebol 7 e poliesportivas, churrasqueiras, lago artificial balneável e praia artificial (JORNAL DO COMERCIO, 2021).

A construção do Bairro está sendo executada em terreno que pertencia ao Jockey Club do Rio Grande do Sul na orla do Lago Guaíba. A aquisição do território por parte da Multiplan foi exercida por meio de permuta de torres comerciais, a serem construídas anexas ao Bairro, além de uma quantia em dinheiro, não divulgada (WEBER, 2021; KLEIN, 2020)

Nessa perspectiva, torna-se possível considerar que ocorreu a troca de parte de um espaço aberto à população, inserido num contexto cultural, como o Jockey Club, por um novo espaço: repleto de atrativos e lazer disponível apenas para um grupo seletivo, num contexto privado.



Fonte: MultiPlan

Nunes et al. (2021), nos apresenta suas considerações acerca da construção do bairro privativo na região:

Pode-se inferir que ela é mais um fruto da gentrificação, oriunda da construção do Barra Shopping Sul, que acelerou o processo de reassentamento das famílias que viviam na área sul do hipódromo e nas vilas dos arredores, para dar passagem à especulação do capital imobiliário (NUNES et al., 2021, p. 16-17)

Já o Pontal do Estaleiro, onde eram realizadas as manutenções e confecções de navios em Porto Alegre, entre 1950 e 1995, pela empresa Estaleiro Só, está sendo construído o “Pontal”. Essa grandiosa obra que conta com cerca de R\$375 milhões de investimento por parte de sua proprietária - a empresa Melnick Even - resultará na edificação de um hotel, um shopping center, um hub de saúde, um parque, além de um centro de eventos (MELNICK EVEN, 2019).

Conforme apresentado no Capítulo 1, após o encerramento das atividades do Estaleiro Só, a região conhecida como Pontal do Estaleiro ficou sob a administração da PMPA que, juntamente com o Departamento Municipal de Água e Esgoto, construíram a Estação de Bombeamento de Esgotos C-1.

O Pontal do Estaleiro, antes esquecido, hoje está inserido em um território que apresenta uma infraestrutura urbanística mais adequada, em comparação a 15 anos, e com uma enorme atenção por parte do mercado imobiliário. Isso se traduziu no interesse da Melnick Even pelo espaço onde antes apenas a Fundação Iberê Camargo era destaque, agora, a Fundação irá “dividir a paisagem com uma edificação envidraçada de 84 metros de altura” bloqueando boa parte da vista ao Guaíba (RODRIGUES, 2019, P. 52).

Figura 12 - Ilustração projeto Pontal



Fonte: Melnick Even

Esses dois empreendimentos, em conjunto com o aumento de prédios e condomínios de classe média e classe média alta, nos mostram com nitidez a solidificação de uma profunda desigualdade social na região, principalmente, quando comparado com a Grande Cruzeiro onde a maioria das ocupações são irregulares e com direitos básicos negados. Avozani (2019) completa esse raciocínio apontando uma divisão de concentração de rendas na região, a população com maiores rendas localizadas mais próximo da Orla e a população com menos renda nos espaços intersticiais (AVAZONI, 2020, p. 07)

A retirada da população para a construção dos empreendimentos e demais obras relacionadas, além da privatização de espaços antes públicos ou acessíveis à população, vem ao encontro do apontado por Munoz (2015) na seguinte passagem: “A retirada dos pobres do centro da cidade facilita a expansão dos espaços coletivos privados em detrimento dos públicos, garantindo uma lógica de privatização da cidade.” (MUNOZ, 2015, p, 65 e 66). Gutterres (2011) também compreende dessa maneira ao considerar: “[...] grandes reformas envolvendo um interesse desenvolvimentista que, como já foi dito, exclui a lógica da pobreza do espaço central da cidade.” (GUTTERRES, 2011, p. 10).

NODARI (2019) mapeou a região de acordo com as características habitacionais, da vegetação e impactos das obras e empreendimentos:

Figura 13 - Mapa Características Região



Fonte: NODARI (2019, p.48)

Fica exposto que o processo de aburguesamento do bairro Cristal é um processo evidente e explícito e como consequência modifica profundamente a região da Grande Cruzeiro, a qual pertence a esse bairro e a outros. Mas a gentrificação da região, como um dos resultados desse processo, atinge com mais violência a Grande Cruzeiro, isso porque a região possui uma população mais pobre, negra e que vive, em sua maioria, em ocupações irregulares. Esse cenário está em conformidade com os dados obtidos por este trabalho, além da bibliografia utilizada. Contudo, veremos no próximo capítulo como a população da região, quem trabalha nela e quem pesquisa os processos que a acometem, compreende e resiste às políticas tratadas anteriormente.

4 ENTREVISTAS E IMPRENSA: DIFERENTES VISÕES SOBRE A GENTRIFICAÇÃO NA GRANDE CRUZEIRO E ARREDORES

Neste capítulo, foram entrevistadas pessoas que possuem ligação com a região da Grande Cruzeiro como líderes comunitários, presidentes de associações de moradores e trabalhadores que exercem sua respectiva profissão na região, além de pessoas que estudam e pesquisam a gentrificação e seus diversos aspectos e impactos em Porto Alegre ou na Grande Cruzeiro. Tendo essa perspectiva de composição de perfil demonstrado anteriormente, foram entrevistadas nove pessoas, sendo essas: Luciano Soares Cardoso, presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tronco Neves e Arredores (AMAVTRON), André Luís de Castro, presidente da Associação de Moradores da Vila Dormênio, Rejane dos Santos Aquino, liderança comunitária da Vila Pantanal, Marcus Viana professor de História da Escola Municipal Vereador Martim Aranha, Fabian Scholze Domingues, professor da UFRGS e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Urbana (NEPEU), Eber Pires Marzulo, professor da UFRGS e coordenador do Grupo de Pesquisa Identidade e Território/CNPq e Luciana Genro, deputada estadual e presidente da Frente Parlamentar “em defesa da moradia digna”.

As entrevistas foram realizadas por meios diferentes, duas por ligação telefônica e 5 por videochamada. Foi elaborado um roteiro de questões para a execução das entrevistas, contudo, cabe ressaltar que este serviu como um auxílio, ou seja, as entrevistadas e os entrevistados contribuíram e contemplaram de maneira exitosa os objetivos propostos, majoritariamente, de maneira espontânea muitas vezes sem a necessidade da realização de todas as questões pré definidas no roteiro.

A opção de se realizar as conversas de forma mais flexíveis e espontâneas se fundamenta nos estudos de Yin (2004) acerca do produto de entrevistas com essas características:

(...) essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague respondentes chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos (YIN, 2004 apud CAVALHEIRO, 2006, p. 51).

Alguns trechos e informações obtidas pelas entrevistas não serão publicizadas por solicitação da/o própria/o entrevistada/o. Este trabalho decidiu substituir sem

solicitação, por duas vezes, o termo utilizado por um dos entrevistados, por considerar e priorizar a segurança do mesmo. Nesses dois momentos foi utilizado um termo genérico substituindo o utilizado originalmente e este foi tachado, indicando que não foi o termo realmente falado pelo mesmo. O recém exposto tem como base, os critérios éticos retratados por Gatti (2019):

Respeito total à dignidade humana deve ser a preocupação básica no trabalho de pesquisadores [...]. Isso implica garantir a inviolabilidade individual e a integridade pessoal dos participantes da pesquisa, os quais devem ser protegidos contra prejuízos pessoais e excesso de tensão. Essas preocupações estendem-se para a publicação e a socialização da pesquisa quando é necessário garantir a confidencialidade e a integridade dos participantes de modo a não causar qualquer dano, de qualquer natureza, aos que colaboraram com o levantamento dos dados. A identificação de participantes pela forma como se relata a pesquisa pode gerar efeitos indesejáveis, pessoais ou profissionais. Cuidar para que isso não ocorra é questão ética (GATTI, 2019 apud NOVIKOF, 2020, p. 04).

Além das entrevistas, foram selecionadas reportagens, matérias e colunas da imprensa tradicional do estado do Rio Grande do Sul, os jornais e portais de notícias: Gaúcha ZH, Correio do Povo, Jornal do Comércio, Diário Gaúcho e O Sul. Para isso, foram realizadas buscas nos próprios portais dos meios de comunicação, utilizando as seguintes palavras-chave: “Grande Cruzeiro”, “Avenida Tronco” e “Cruzeiro”. A seleção do que seria utilizado neste trabalho levou em conta a leitura do título dos conteúdos gerados pelas buscas, caso estes tivessem relação com o assunto deste trabalho os mesmos passariam para a segunda etapa de seleção: a leitura completa do conteúdo. Nesta etapa, foi averiguado se havia nesses conteúdos alguma passagem que contribuiria para o atendimento do objetivo deste capítulo.

Sobre o objetivo desse capítulo, trata-se de apresentar e compreender as diferentes visões acerca da Grande Cruzeiro e o processo de gentrificação que a acomete, tendo uma riqueza e diversidade de pessoas e lugares de fala.

As entrevistas, sobretudo com a/os moradora/es da Grande Cruzeiro, observaram as questões éticas apresentadas no trabalho de Natalino (2003) realizado na Vila Cruzeiro. Os contatos e convites para a/os habitantes da região foram realizados com antecedência, através de contato via WhatsApp e por telefonema. Nessas oportunidades foram amplamente explicados os objetivos das entrevistas, do trabalho de conclusão de curso, o que seria perguntado e questionado e que nem o trabalho, muito menos o entrevistador/autor possuem algum poder ou possibilidade

de uma transformação imediata na realidade ali discutida e que em qualquer momento que a/os entrevistada/os quisessem retirar alguma palavra ou trecho dito, parar a entrevista ou algo similar, que essas demandas iam ser prontamente acatadas.

Ainda em relação às entrevistas com a/os moradora/es da Grande Cruzeiro, cabe informar que eu já conhecia e tinha contato com a líder comunitária Rejane dos Santos Aquino. Os demais entrevistados, Luciano Cardoso e André de Castro, conheci apenas semanas antes da efetivação das respectivas entrevistas. Os contatos e convites à entrevistada Luciana Genro, assim como aos entrevistados Eber Marzulo, Fabian Domingues e Marcus Viana foram todos feitos com pouca antecedência, em sua maioria via e-mail, com exceção da deputada Luciana Genro - feito por WhatsApp.

4.1 A GRANDE CRUZEIRO

Vimos no primeiro capítulo, diversos aspectos e características da Grande Cruzeiro, agora veremos como as entrevistadas, os entrevistados, as matérias e reportagens selecionadas a descrevem: “A Grande Cruzeiro, ela surge justamente na beira dos rios, na beira do barranco, em lugares que eram considerados impróprios para habitação.” (DOMINGUES, 2022).

Essas características da localidade geraram e geram diversas dificuldades para quem habita lá, conforme aponta Rejane Aquino “quando era mato aqui, barral tinha água, ninguém deu bola”.

Rejane Aquino não é uma voz solitária quando se trata da compreensão que a Grande Cruzeiro, apesar de diversos problemas infraestruturais, teve pouca ou nenhuma ajuda dos órgãos públicos, vide falas de Luciano Cardoso:

A rua Neves era a única rua que tinha aqui dentro que era central, depois era só becos. Então pra tu ter um acesso a um carro de bombeiro, a ambulância aqui dentro, era muito difícil. Quando os carros dos bombeiros entravam aqui, já tinha se queimado tudo, não tinha como. Então se viu essa necessidade de fazer uma urbanização aqui dentro, junto com seu Paulo Jorge e junto com pessoas afins aqui, conseguimos fazer uma mudança muito grande aqui na Vila tronco onde hoje tem acesso a quase todos os acessos das políticas públicas. *(Entrevista)* (CARDOSO, 2022)

E André Castro:

[...] cada um puxou sua luz lá na frente lá, a gente fez um rateio com o pessoal, puxamos uns fios de luz pra ter a luz pra dentro da comunidade (...) Os postes que nós temos dentro da comunidade aqui, é nós mesmos, a gente vai ali e compra na madeireira e crava ali. (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

A falta de infraestrutura, equipamentos e espaços básicos na região, comuns em outras localidades da cidade, chamam a atenção das/os entrevistadas/os. Marcus Viana, destaca o contraste desse aspecto em relação à Grande Cruzeiro com bairros que o cercam: “[...] tem esse paradoxo, de ser perto e de ser longe dos direitos sociais, de determinados equipamentos.” (VIANA, 2022).”

André Castro aponta que em decorrência de conflitos entre facções a vila, a qual pertence, teve uma desassistência de serviços públicos ainda mais intenso:

Guerra dos ~~facção-A~~ e os ~~facção-B~~[...]ficou atirada às traças, a gente aqui perdeu saneamento básico, não entrava os caminhões da prefeitura, não entrava ninguém pra botar uma internet, pra ligar uma luz. O pessoal da prefeitura não entrava pra recolher os lixos mais na comunidade. O pessoal da prefeitura tinha medo de entrar na comunidade, não tinha esgoto, o pessoal do DMAE não entrava na comunidade. (*Entrevista*) (CASTRO, 2022) (traçado meu, indicando que as palavras faladas pelo entrevistado foram substituídas por mim).

A população da Vila Pantanal, conforme descreve Rejane Aquino, se preocupa sempre quando há possibilidade de chuva, pois o risco de alagamentos e enchentes é grande:

[...] quando começa a preparar o tempo os moradores daqui ficam nervoso. Quando vem chuvarada entope, mais ou menos 48 casas são atingidas pelas enchentes. (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

Quatro pessoas entrevistadas, sendo três moradoras e uma que trabalha na Grande Cruzeiro, registram a ausência de praças e demais locais de lazer na região. Nesse sentido, Marcus Viana (2022) demonstra que observou uma “dificuldade que tem ali de ter espaços de cultura, espaços de esportes, de lazer, né?”.

Já Rejane Aquino (2022), relembra como era a praça que havia próxima de sua casa antes das obras na Avenida Tronco:

[...] ali era maravilhoso, enchia de crianças nos domingos ali, aí com eles começaram essas obras aí e arrumar as ruas, daí tiraram a praça para abrir a rua (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

André Castro (2022) nos relata a distância da praça mais próxima de sua casa:

Aqui onde eu moro na Vila Dormênio, aqui se o pessoal quer jogar um futebol, quer brincar na pracinha, eles têm que se deslocar até a pracinha, caminhar 20 a 30 minutos (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

A pouca oferta desses espaços impactam profundamente a região, segundo Luciano Cardoso:

[...] pro jovem é uma região que se tornou ociosa, porque é uma região que na minha época nós tínhamos aqui uns 8 campos de futebol, hoje a gente não tem mais nenhuma praça. Mesma coisa se tu andar, se tu pegar o começo aqui do bairro, da Carlos Barbosa e tu ir até ali, quase ao Cristal que é o fim da grande Cruzeiro tu não vê uma praça (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

A falta de praças e espaços de lazer é apenas uma de tantas ausências e descasos dos poderes públicos. Contudo, há que se destacar que no passado essas ausências eram ainda mais numerosas e que foram reduzidas em parte pela atuação ativa de grupos organizados, como as associações de moradoras e moradores.

Nesse sentido, Luciano Cardoso (2022) reforça essa realidade lembrando o nascimento da AMAVTRON, associação que preside:

Quando ela foi criada na época, ela foi criada por causa da necessidade da região, né? De ter um acesso à políticas públicas, todas bem dizer, que era saneamento básico, moradia, né? A uma educação infantil (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Castro (2022) reforça esse entendimento, falando sobre a atuação da Associação de Moradores da Vila Dormência no contexto da pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19): “A pandemia que teve aí trouxe muito a comunidade pra nossa volta, a gente fez muitos trabalhos sociais.” (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Já foram citados neste trabalho dados que apontam a Grande Cruzeiro como uma das regiões mais negras da cidade de Porto Alegre. Essa composição étnico-racial da região causa estranhamento para algumas pessoas, segundo Marcus Viana, em razão da localização espacial da mesma:

[...] tem pessoas até que vão dar aula nas escolas e não esperam essa composição tão negra ali, tão relativamente próximo do centro. (*Entrevista*) (VIANA, 2022).

Ainda sobre esse tema, Luciano Cardoso (2022) relaciona o perfil étnico-racial da região com o racismo estrutural no Brasil na seguinte passagem:

[...] aqui tem a Vila Barracão que é aqui perto, esses tempos eu fui levar uma doação, dividir rancho ali, eu não acreditei quando eu entrei na casa que era um pátio tinha uns 6 casebres eles pareciam[...] mas o que eu vi ali era inacreditável. Quando eu entrei no pátio e era um morrinho assim sabe aquele esgotinho descendo fedorentinho, umas crianças brincando ali. Quando eu entrei o pessoal ficou me olhando assim sabe, que é ficar se esgueirando ali na janela, tu via aquelas pessoas, tu sente que estavam te olhando, mas tu não enxergava as pessoas. Era um mini quilombinho, um mini Quilombo aquilo ali, que eram adivinha! Negros, né? Porque é sempre assim ó, na pobreza quem é que sofre? É o negro. Na violência quem é que sofre? É o negro. Falta de política pública quem é que sofre? É o negro. Tem toda essa particularidade aí né. Quem é, qual densidade que tem na periferia? É negra. Sabe, sempre o negro é o mais, é o que vai sofrer e ali nessa casa que eu entrei era surreal sabe, era surreal. Entreguei ali, me agradeceram, aí até o rapaz falou comigo: “bah tu não vai tirar foto, tu não vai filmar”, que eu gosto de filmar e falar, eu não tive coragem de fazer isso com as pessoas de mostrar aquilo ali sabe, eu quase chorei olhando porque era inacreditável o que eu tinha. Aqui, aqui à meio quilometro de nós, aqui na Vila Barracão (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

O estigma e o preconceito sofrido pela região da Grande Cruzeiro, vinculando a mesma apenas à violência e ao narcotráfico é visível no cotidiano das matérias e reportagens da imprensa tradicional de Porto Alegre, vejamos alguns exemplos.

Jornal Correio do Povo:

O Correio do Povo esteve na vila Cruzeiro na semana passada, acompanhando uma ação da Força Tática do 1º BPM. Os PMs verificaram pontos de venda de drogas das duas facções. No local, considerado o berço da facção da vila Cruzeiro, um prédio em ruínas foi transformado em *cracolândia* (CORREIO DO POVO, 2022). (grifo meu)

Matéria de Jaqueline Sordi do Portal GZH:

Região conflagrada pelo tráfico de drogas e disputa entre facções, a Vila Cruzeiro, em Porto Alegre, viveu novamente uma manhã tensa após o assassinato de duas pessoas, entre elas um jovem de 14 anos que, de acordo com diversos moradores e com a Brigada Militar, não tinha qualquer envolvimento com o crime (SORDI, 2015) (grifo meu).

Alguns termos, palavras e frases escolhidas para descrever e caracterizar a região ou algum local dela, chamam a atenção, por exemplo as palavras grifadas nas duas citações anteriores: “*cracolândia*” e “*região conflagrada pelo tráfico de drogas*”.

O combate ao narcotráfico, aparentemente, é o principal foco de atenção pública na região, superando as necessidades e direitos à educação e saúde, conforme podemos ver na matéria abaixo:

Após tiroteio na tarde de terça-feira (22) e uma ação policial na quarta-feira (23), que resultou na prisão de um dos principais líderes de uma facção

criminosa da Vila Cruzeiro, a prefeitura vai reavaliar a segurança nesta quinta-feira (24), para assim, reabrir as Unidades Básicas de Saúde Cristal e Vila Cruzeiro e a Unidade de Saúde da Família Cruzeiro do Sul. Na quarta-feira, além das Unidades de Saúde, três escolas ficaram com as portas fechadas: Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Álvaro Alberto da Mota, na Rua Dona Helena, a Creche Maria Dolabella Portella e a Escola Municipal de Educação Infantil Osmar dos Santos Freitas[...]De acordo com a comandante do 1º Batalhão da PM, tenente-coronel Cristine Rasbold, a ação policial deve seguir na Vila Cruzeiro. Nesta quarta-feira, 10 viaturas e um helicóptero reforçaram a segurança[...]Mais de 500 alunos ficaram sem aulas nesta quarta-feira (FINAMOR, 2014).

Contudo, a violência policial e os abusos de autoridades deflagrados na mesma região são pouco tratadas ou não possui o mesmo destaque na imprensa:

Segundo os moradores, Jane Beatriz Machado da Silva, 60 anos, morreu durante abordagem policial na região[...] uma sobrinha de Jane, ouvida por GZH, alegou que a polícia invadiu a casa dela. Cartazes e faixas criticam a Brigada Militar. O comandante do Comando de Policiamento da Capital, coronel José Carlos Pacheco Ferreira, não confirma a versão dos moradores. À noite, o Instituto-Geral de Perícias (IGP) divulgou que a causa do morte foi rompimento espontâneo de um aneurisma cerebral (PAGANELLA et. al., 2020).

Também nesta reportagem de Gava (2014) veiculada no Jorna Diário Gaúcho:

Comoção, dor e muita revolta. Moradores da Vila Cruzeiro, na Zona Sul de Porto Alegre, na terça, pediam Justiça após a morte de Bruno Queiroz Galvão Campos, 18 anos, alvejado ao menos três vezes por PMs do 1º BPM, na tarde de segunda-feira[...] Os policiais disseram que o rapaz atirou contra eles, por isso revidaram. Um revólver calibre 38, com numeração raspada, foi apresentado na 2ª DPPA. Pelo menos dez moradores do Beco 5, local onde ele tombou, asseguram que houve uma execução[...]
– Mataram o guri à sangue-frio. Agora, vão inventar que ele havia atirado, mas pedimos para mostrarem a arma do rapaz e eles desconversaram. Podem me chamar, sou testemunha, falo para quem quiser ouvir: foi execução – relatou um morador de 38 anos, que identificou-se apenas por Volnei. (GAVA, 2014).

É interessante observar as diferenças de abordagens nas matérias, mesmo que essas tratem do mesmo assunto: violência, o agente causador dela – policiais ou membros de facção - é o que diferencia como se escreve a matéria e que destaque ela terá.

O entrevistado Marcus Viana, mesmo não sendo morador da Grande Cruzeiro, não a considera nem a reduz a uma “cracolândia” ou uma “região conflagrada pelo tráfico de drogas”. Ao contrário, Viana (2022) ao falar da região comenta o seguinte: “[...] eu como professor confesso que é um lugar muito acolhedor pra mim, pra minha atividade assim.” (VIANA, 2022).

Mas, segundo Cardoso (2022), infelizmente, muito se vincula a violência da cidade à região, sem buscar compreender o porquê a mesma possui tal chaga social:

[...] sim, vocês só notam a violência, mas vocês nunca notam o porquê da violência, e a violência ela tem uma razão, né? A pobreza ela tem uma razão, ela não nasce assim, ela não é um estado nosso[...]é a falta de política. (Entrevista) (CARDOSO, 2022).

Essa reflexão proposta por Cardoso (2022) é imprescindível para se compreender e combater a desigualdade social e racial, que tanto afetam a Grande Cruzeiro e outras comunidades.

4.2 VISÕES DA GENTRIFICAÇÃO

De acordo com Mendes (2015), podemos identificar a gentrificação como um processo de transformação socioespacial em determinada região, representada fortemente pelo egresso de uma população mais precarizada para o ingresso de uma classe média ou variadas atividades comerciais com o objetivo de atender interesses e necessidades do mercado.

No caso da Grande Cruzeiro, Alfonsin (2000 apud GUTTERRES, 2014) colabora nossa compreensão quando relaciona a gentrificação e a realização de grandes projetos, como o Golden Lake, Pontal, obras da Copa do Mundo e BarraShoppingSul:

As ameaças de remoção e de deslocamento em massa realizadas pelo poder público, no caso de vilas e ocupações consideradas como irregulares, parecem andar sempre ligadas a grandes projetos (ALFONSIN, 2000 apud GUTTERRES, 2014, p. 10).

O próximo passo neste processo é “colocar” milhares de famílias removidas, no caso da Grande Cruzeiro, em algum lugar. Nesse sentido, Rolnik (2019) descreve a mais comum das políticas de habitação realizadas nesses casos:

[...] o Estado constrói projetos de habitação social em locais afastados da cidade, periferias distantes, tidas como verdadeiras armadilhas da pobreza ao lado da cidade e do luxo tecnológico (Rolnik, 2019 apud MARCO et al., 2020, p. 05).

As entrevistas contribuem para o entendimento sobre a gentrificação que atinge, especificamente, a Grande Cruzeiro. Contudo, num primeiro momento, Domingues (2022) nos mostra uma construção política e econômica que torna as

gentrificações no Brasil tão comuns e fáceis de se executar. Primeiro, é explicado a diferença de terras de mercado e que não são de mercado:

[...] terras de mercado, que são as terras que vão assumir um valor de mercado e as terras que por algum motivo não estão adequadas ou não devem ser usadas para habitação, como em beira de rio, beira de barranco, com produtos químicos e tudo aquilo que tem periculosidade e insalubridade, não é terra de mercado (*Entrevista*) (DOMINGUES, 2022).

Domingues (2022) comenta as consequências dessa legislação nos dias atuais:

[...] como obrigavam a venda de terras públicas, o pessoal que não tinha dinheiro ia morar nas terras que não são de mercado, notadamente, em cima de todos os casos do Brasil está à beira de rio, beira de barranco, embaixo de zona de alagação né? [...] Essa é a história da urbanização no Brasil. Existe uma cidade formal e na borda dessa cidade formal vão surgir os assentamentos “ilegais”, que não são de mercado porque o pessoal não comprou a terra [...] Cidade formal tem nichos ali dentro: o arroio, a beira do rio, a beira do barranco, que vão ser ocupações irregulares toleradas, porque essa turma tá trabalhando a baixo custo no centro da cidade [...]. a cidade vai, por meio de obras públicas, ela estrutura as terras de mercado e expulsa os mais pobres pra mais longe [...] Se tu pegar a história da urbanização brasileira, ela tem essa dialética, digamos entre as terras de mercado e as terras que não são de mercado. E, toda a vez que a cidade de mercado avança e dá um salto, que nem aconteceu ali (Grande Cruzeiro) entre 2010 e 2015, né? Existem essas medidas de higienização que eles chamam [...] Uma das principais formas de atuação do capitalismo de estado brasileiro é a especulação de terras públicas (*Entrevista*) (DOMINGUES, 2022).

A Consolidação da Lei de Terras de 1850, para Westin (2020), está inteiramente relacionada com o eminente fim da escravização no Brasil, no período em que a mesma foi elaborada. Assim, tornar ilegais as ocupações de terras públicas, sem pagamento, acabaram por formar uma grande mão-de-obra excedente e barata aos latifundiários. Logo, a questão da terra no Brasil sempre tende à promoção de desigualdades, sobretudo, racial no Brasil, atuando até os dias atuais.

Nessa linha de raciocínio, Aquino (2022) nos descreve como era essa terra de não mercado antes do avanço na urbanização na Vila Pantanal:

[...] aqui era uma área verde, era mato, por isso que aqui o apelido é pantanal. Era mato, água, tinha vertente era horrível. Então cada um foi pegando um pedacinho e cuidando e agora que tá tudo ajeitadinho, eles querem passar a máquina e tirar todo mundo (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

Sobre a transformação da Grande Cruzeiro em uma terra de mercado, ou em outras palavras, numa região valorizada e cobiçada, nossos entrevistados comentam:

Desde o Barra, né? foi o que começou assim, com mais intensidade e o fluxo cada vez maior de grandes empreendimentos para zona sul, que tem mudado bastante o panorama da região, né? fazendo com que a gente tenha muito mais prédios, prédios bastante agressivos do ponto de vista da paisagem, né? Como aquelas torres ali do Barra e como aquelas do outro ali, do Pontal, né? Que também é um prédio gigantesco. (*Entrevista*) (GENRO, 2022).

[...] se transformou num espaço estratégico na cidade pela proximidade com o centro e hoje com a proximidade do Barra Shopping, eles têm uma dinâmica na cidade que é importante né? (*Entrevista*) (VIANA, 2022).

O que acontece é que a Cruzeiro passou a ser uma região de valorização imobiliária (*Entrevista*) (DOMINGUES, 2022).

Há que se colocar o que acontece com a Grande Cruzeiro dentro de um contexto da cidade. Segundo Marzulo (2022), está em curso em Porto Alegre uma grande cooperação entre entidades públicas e privadas acerca da questão imobiliária:

Porto Alegre tá a venda pro mercado fundiário imobiliário assim, vendendo não, tá sendo doada, porque não pagam nada e o vierem a pagar eventualmente vai ser com financiamento público né, com BNDES (*Entrevista*) (MARZULO, 2022).

Genro (2020) concorda com o apontamento, acrescentando outros aspectos:

Isso é resultado da política das empreiteiras, principalmente, né? Aí, da correlação de forças que existe dentro das câmaras de vereadores, em geral a maioria dos vereadores sede, né? ou de má-fé, né? Por interesses econômicos ou de ignorância também, né? por não conhecerem a realidade desses grandes empreendimentos e acabam votando e dando dando o aval para esse tipo de empreendimento. E, também é resultado da visão propagada pelos grandes meios de comunicação, especialmente a RBS, que também tem relações com incorporadoras, né? a Melnick é da família da RBS, então eles sempre apresentam esse tipo de empreendimento como grandes ganhos para Cidade. [...] então é um trabalho muito conectado entre políticos que defendem esses interesses, empreiteiras e meios de comunicação. Então esses três grupos, né? acabam gerando uma onda inclusive de opinião pública favorável a esse tipo de empreendimento, abstraindo os problemas que os pobres vão vivenciar. [...] Aliás esses três elementos, né? que se unem, eu poderia agregar o próprio poder público, que também atua de forma a degradar ainda mais aquela região para também justificar a gentrificação. Então serviços públicos de péssima qualidade, por exemplo recolhimento de lixo, segurança pública, não fazer nenhum tipo de projeto habitacional de cunho popular, né? então o poder público enquanto executivo e não só enquanto legislativo, tem um papel fundamental nesse processo. Nesse caso eles levam a área, permitem que a área chegue a uma degradação social absoluta para então justificar a gentrificação e as remoções. (*Entrevista*) (GENRO, 2022).

Porém, na imprensa tradicional é possível observar em diversas matérias uma relevância e destaque à execução das obras, deixando como periféricas as remoções e reassentamentos:

Nem bem recomeçou e a duplicação da Avenida Tronco pode voltar a parar. O problema é a demora na definição sobre o futuro de 195 famílias que precisam ser indenizadas para garantir a conclusão da obra[...]Desde que a obra começou, em março de 2012, 1,3 mil famílias conseguiram mudar de endereço. A prefeitura se responsabilizou pelas transferências e os recursos saíram do caixa do município. Com os cofres vazios, o processo parou[...] Se a prefeitura não rever sua estratégia, a duplicação deverá voltar a parar ou diminuir significativamente de intensidade entre novembro e dezembro (FARINA, 2018).

A matéria abaixo reproduz o termo “entreve” dito pelo secretário Machado para caracterizar as desapropriações de famílias na região:

O secretário de Habitação e Regularização Fundiária, André Machado, disse que o principal entreve no avanço são as desapropriações. Atualmente, nove unidades ainda estão no traçado da nova avenida, seis delas com decisão judicial determinando a desocupação dos terrenos. Para solucionar a demanda, foi instaurada uma força-tarefa composta por diversos órgãos do Executivo Municipal. Os trabalhos serão coordenados pelo secretário adjunto de Obras e Infraestrutura, Rogério Baú. Uma vez resolvidas as questões que envolvem a saída das nove famílias, a obra contará com maior espaço livre para avanço e finalização dos serviços (ISAIAS, 2021).

Na matéria abaixo não são citadas famílias nem pessoas, apenas residências, desumanizando as remoções:

A residência ficava na Avenida Silva Paes, esquina com a Rua Professor Clemente Pinto. Além do avanço das obras no trecho em si, a retirada da residência é considerada importante para que seja possível fazer a execução da futura rótula da Avenida Carlos Barbosa, que fará a gestão viária em confluências compostas pela Avenida Moab Caldas, Rua Bispo Laranjeira, Rua Mariano de Matos e Avenida Gastão Mazon (BECKER, 2022).

Não dar nomes e rostos às pessoas atingidas pelas remoções, transforma uma obra complexa que envolve diversas questões importantes, como: gentrificação, racismo e desigualdade social/econômica, em uma obra simples, como a poda de um arbusto. Dessa forma, não há uma provocação ao debate e crítica às políticas e ações oriundas, nesse específico caso, da realização de um evento esportivo com duração de apenas um mês, aproximadamente.

Domingues (2022), concorda que esse tipo de narrativa, contribui para a falta de um debate profundo sobre urbanização, gentrificação, direito à moradia e desigualdade social, por exemplo:

[...] essa principal forma de violência institucional no Brasil, desde sempre, é essa questão da terra e desse conflito, que é um conflito de baixa intensidade, porque não é um conflito que provoca rugas políticas, por

exemplo, tá? eles são conflitos contra o mais pobre, né? ele é o conflito que favorece uma estrutura de desigualdade social, porque essas pessoas agora que estão sendo expulsas, elas vão ser demandantes de infraestrutura em uma terra que não tem valor. Na medida que a terra começar a valorizar por causa da infraestrutura que o poder público está colocando nas suas terras, elas vão ser expulsas de novo. *(Entrevista)* (DOMINGUES, 2022).

Mas, por que essas ações devem ser discutidas? Para Marzulo (2022), por que as consequências dessas têm consequências sociais perversas:

Tem um efeito aí que ele é perverso para os grupos, pras famílias (...) as famílias atingidas e para a sociedade local geral, né? que tu vai ter uma produção indireta a médio prazo, de demanda eleitoral, demanda social, de demanda de direito urbano, de expansão da infraestrutura, que essas áreas periféricas mais próximas passam por um processo de valorização, valorização essa que impede que os valores, quando existem de indenização, por exemplo, possam ser utilizados pelas famílias para comprar na própria área. Então tem isso diretamente. *(Entrevista)* (MARZULO, 2022).

A mídia e o Estado aparentam não se importar com as condições das/os moradoras/es da Grande Cruzeiro, muito menos com o destino das famílias reassentadas. Essa impressão está alinhada com o que Aquino (2022) relatou na entrevista:

[...] se tu olhar bem, eles não tão pensando nas pessoas carentes, eles tão pensando que a cidade tem que ficar bonita[...] eles só tão pensando nas obras entendeu? eles não tão pensando na população, não tão pensando em nada[...] tu olha em volta na avenida Cruzeiro é só obra, é gente reclamando “pra que essas obras? tem tanta coisa mais importante pra fazer” *(Entrevista)* (AQUINO, 2022).

Também Castro (2022):

[...] a gente sente que tá sufocado, a gente tá sendo apertado, né tchê. Eles só vêm na nossa comunidade pra dar uma espiada, pra ver como tá a nossa comunidade em tempo de eleição *(Entrevista)* (CASTRO, 2022)

Interessante como as moradoras e os moradores da Grande Cruzeiro se sentem em relação às/aos representantes políticas/os e órgãos e poderes públicos. Podemos considerar que essa visão e sentimento se deve há anos de esquecimento e invisibilidades de suas demandas.

A atenção negada à população da Grande Cruzeiro é dada, segundo alguns dos nossos entrevistados, às empresas e aos empreendimentos que estão se estabelecendo ao redor da região:

Conta só de renda porque não funciona assim eu acho que é sempre interessante começar lembrando do direito à habitação e à moradia digna tá que a gente compra por uma pauta Econômica a uma falta de direito seu né de cidadania de inclusão de pertencimento né de que a prefeitura compra lei porque tem pelo estatuto das cidades que é o que é relações urbanas tá prefeitura tem que garantir habitação de interesse social dentro das regiões. (Entrevista) (DOMINGUES, 2022).

O governo dá de modo praticamente gratuito terras pro capital fundiário e imobiliário, que vai operar com recursos públicos. Os caras ganham recursos públicos duas vezes (Entrevista) (MARZULO, 2022).

A atenção e auxílio dado pelo Estado às empresas contribuem para execução das políticas de gentrificação, de acordo com os entrevistados:

Todas as grandes obras públicas, elas são condição para esses investimentos (DOMINGUES, 2022).

[...] não é pra renda média, entendeu? [...] é só pra quem vai investir, então é pros muitos ricos. Toda operação imobiliária hoje em Porto Alegre é pros muito ricos, não é pra produzir habitação, é pra produzir portfólio de investidores. [...] Por isso ninguém está produzindo edifícios novos, em lotes como antigamente, pra moradia e etc (Entrevista) (MARZULO, 2022).

Em relação aos impactos imediatos desses processos foi perguntado às/os entrevistadas/os o que pode ser observado. Aquino (2022) comenta o aumento do comércio na área mais “urbanizada” da Grande Cruzeiro:

[...] eu tô vendo mais é mudança assim, tá abrindo lojas né? Tem bastante lojinhas assim na beira, porque agora tipo na Cruzeiro lá pra embaixo, tem bastante coisa abrindo sabe? porque ali agora ficou um ponto bom (Entrevista) (AQUINO, 2022).

Cardoso (2022) fala sobre o aumento desses empreendimentos comerciais, condomínios e obras no entorno e dentro da região:

A pressão sim, isso a gente já conversa sobre isso, essa pressão entendeu, parece que eles vão te pressionando, né? Vem avançando toda essa urbanização [...] que parece que não faz parte disso né, entendeu? Parece que a preocupação não é, é como eu digo nós somos os invisíveis e a gente luta aqui [...] a gente tá aqui a mais de 34 anos lutando para isso, né? pra visibilidade da região Cruzeiro. Tanto que tudo que a gente fala aqui às vezes na imprensa que a gente aparece ou rádios ou meios de comunicação a gente sempre enfatiza pouco a instituição, a gente faz enfatiza muito a Cruzeiro, a região Cruzeiro que é a região que eu pertencço, né? A gente sempre bate aliança, a nossa bandeira aqui, nossa bandeira é a Cruzeiro, né? Se eu não me preocupar com isso aqui dentro, quem vai se preocupar, né? A gente vendo essa pressão que tem aí, sendo que, com tu falou aqui nesse Barra Shopping aqui, só tem duas torres, que são seis torres e é mais quatro pra ser construída ali ainda e torres imensas, que isso demonstra, que isso vai demandar ali? Mais empresas vindo pra ali, ai tá pra vim a Leroy

Merlin, diz que vai ser a maior da América Latina. (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Fica evidenciado nos trechos anteriores, uma percepção de mudança na região e esta propicia um sentimento de encurralamento às moradias das pessoas, que por suas, gera uma insegurança ao futuro da comunidade.

Para além disso, é comentado sobre ações públicas que devem ser executadas à médio prazo na região:

Uns anos atrás que eu desci ali (Vila Pantanal) que eu vi aquelas marcações e perguntei que que era aquilo ali. Dizem que teve uma reunião ali, assim, nós não fomos convidados, né? Claro, se não a conversa ia ser outra. É assim, parece que eles pegam os desavisados, né? As pessoas leigas[...] Aí teve essa reunião com os moradores dizendo que iam melhorar, que ia ter uma urbanização ali, tá? [...] Só que pra isso não é de graça e pessoal ia tem que pagar, começar a pagar a taxa de luz, água, esgoto, o IPTU. Imagina, tu vai tirar o pessoal de uma realidade que eles não criaram e querer tentar botar uma realidade capitalista (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Aquino (2022), moradora da Vila Pantanal, também comenta o fato citado por Cardoso:

[...] eles tão tipo fechando o cerco. parece que querem fazer uma coisa pra gente se apavorar e querer sair daqui. que disseram que: “ah a gente vai ter que pagar luz, água e aqui vai mudar tudo.” [...] Acho que eles querem que a gente se apavore, sabe? E vão pra onde eles querem que a gente vá (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

Castro (2022) conta como os servidores da PMPA comunicaram a realização das marcações nos imóveis e o projeto de regularização fundiária:

o governo que chegou aqui e procurou a associação, trouxeram os papéis, a intimação que era pra entregar pra todos os moradores que ia sair uma obra dentro da comunidade. Alguns receberam bem (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Fica evidenciado no trecho acima, que as remoções e reassentamentos ocorridos para a obra da Avenida Tronco não foram um fato isolado no que diz respeito a falta de comunicação e diálogo com a comunidade acerca das políticas a serem executadas na mesma.

Sobre a regularização, comentada anteriormente, um de seus impactos é a obrigatoriedade da cobrança de serviços e impostos que a comunidade não pagava anteriormente. Sobre isso, Castro (2022) comenta:

[...] esse impacto não foi muito bem recebido por alguns moradores, alguns moradores não receberam muito bem essa notificação, porque tem uns que não querem pagar água, não querem pagar luz, não querem diminuir seus terrenos, porque vai ter pessoas que vão ter que sair das suas casas, com certeza isso aí vai ser um impacto, mas esse impacto é para a melhoria, não adianta (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Cardoso (2022) acredita que esses impactos terão um efeito muito negativo na região, fazendo que famílias percam suas casas:

Porque o pessoal não vai ter condições de pagar isto. hoje em dia se tu assinar um papel, esse que é o problema, e não cumprir ali o que tá escrito, é que se vai, se vai pra, que nem antigamente, né? é que nem eu digo, como que é o sistema feudal, a gente vai voltar é o feudalismo. É onde os camponeses não conseguiram pagar suas terras e que os grandes iam lá, *puf*, se apossavam e assim ia indo[...] é um outro sistema feudal agora que querem implantar, né? um modelo novo, né? dentro das periferias?[...] não adianta, dentro de uma comunidade tem um pobre, tem um mais pobre e tem uma extrema pobreza. A pobreza é dividida, subdividida tendeu? Em várias camadas. Tem uns que conseguem pagar até um ponto, uns até um ponto e outros que não consegue pagar nada, conseguem? Sabe, porque não tem como, é só, trabalham para comer de noite, entendeu? (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Aquino (2022) relata que o pagamento de serviços e impostos tornarão a permanência das famílias na região mais difícil ainda:

Tem que botar relógio pra água, pra luz, mas como que as pessoas vão viver aqui? Não tem como[...] “Tu sabe que a luz, a água é cara, como que a gente vai viver? (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

Castro (2022), contrapõe os argumentos acima explicando as melhorias que a regularização trará à região:

Aqui, por exemplo, tem umas partes aqui dentro da comunidade que uma vez pegou fogo uma casa lá no fundo lá não teve com o bombeiro ter o acesso pra chegar lá e apagar esse incêndio, porque a nossa rua aqui em cima na Vila Dormênio, o caminhão dos bombeiros por eles ser muito altos não conseguiam descer aqui embaixo por causa das fiações, que ia ter que arrebentar muita fiação[...] Enfim, quem teve que se organizar e fazer pra apagar o fogo foi todo o pessoal, os moradores da comunidade. (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Ambos concordam que em decorrência da regularização fundiária diversas famílias serão reassentadas, conforme destaca Cardoso (2022):

[...] porque a urbanização, toda a urbanização ela tem sua metragem oficial, vai ter que estar dentro daquela metragem, vai ter que tirar famílias, pra ti

abri uma rua, quantas famílias que eu vou ter que tirar? Vou colocar onde essas famílias? (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Assim, a regularização fundiária na região exerceria o papel de uma política gentrificadora direta e indireta, conforme já exposto por Furtado (2003) e Marzulo (2022).

Sobre as políticas gentrificadora diretas, os transtornos causados pelos reassentamentos e remoções ainda estão frescos na memória de quem mora na Grande Cruzeiro, isso em decorrência do que aconteceu nas obras da Avenida Tronco, quando milhares de famílias foram removidas e reassentadas, conforme relembra Aquino (2022):

[...] e daí as obras vão ficar prontas, mas vão tirar um monte de casas. Tem umas amigas minhas que tiraram elas[...]tem lugar que eles deram auxílio moradia e tem outras que eles mandaram fazer uns condomínios lá aonde sabe, nem vou dizer onde. Aí eles socam as pessoas lá, tem duas amigas minha que socaram lá sei lá aonde, que disseram que lá é horrível e ela falou: “tiraram nós do nosso cantinho que a gente tava acostumada, que a gente nasceu ali, tem netos, tem filhos tudo ali, tiram a gente dali e a gente não tem a opção de escolher” (*Entrevista*) (AQUINO, 2022) .

Cardoso (2022) também faz suas considerações em relação às obras na referida Avenida:

Então basicamente como foi feita a obra assim, principalmente lidando com as remoções, poderia ter sido bem melhor, né? Poderia ter ouvido mais uma população. Claro que teve pessoas que foram favorecidas, porque até mesmo dentro de uma comunidade, numa periferia tem pessoas que são pessoas que têm uma boa condição, e mais engraçado até nisso dentro da periferia quem mais ganhou foi quem tinha, tava melhor localizado (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Castro (2022) relata que muitas das famílias reassentadas conseguiram voltar a residir na Grande Cruzeiro:

[...] as pessoas no começo até foram saindo, foram morar pra outros lugares, mas conforme as coisas foram se apaziguando, eles foram vendendo e foram retornando pra dentro da comunidade de volta (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Como uma localidade, que segundo a maioria da opinião pública e midiática é tomado por violência, narcotráfico e outras mazelas, pode ser bem quista por sua população, tanto que a mesma quando tem a oportunidade de residir em outra área da cidade, almeja e consegue, muitas vezes, retornar à região de origem? Entender

esse fenômeno é essencial para se discutir os problemas causados pela gentrificação.

Sobre a indagação acima, Viana (2022) considera a localização como um dos fatores importantes para que famílias tentem sua permanência na Grande Cruzeiro:

[...] o tempo no ônibus é menor, é uma linha de ônibus para ir para o trabalho, várias as pessoas ali conseguem trabalhar ali no Barra Shopping e outros Empreendimentos ali perto. [...] Elas vão para uma dinâmica de periferia, mas clássicas em determinadas dificuldades que eles ali não enfrenta desde então outras dificuldades eles dificuldades (*Entrevista*) (VIANA, 2022).

Domingues (2022) também coloca a localização como um fator importante:

Em geral nessas localidades de baixa renda, o trabalho ele é pouco qualificado e isso significa que é facilmente substituível tá? [...] tu faz com que as pessoas que moravam e trabalhavam na volta, na prática não consigam mais ter aqueles trabalhos, porque elas se aproveitam de especiais vantagens de localização (*Entrevista*) (DOMINGUES, 2022).

Assim como Aquino (2022):

[...] fica perto do centro é tudo mais fácil, por isso que eles tão de olho nessas avenidas, nessas coisas. Porque aqui todo mundo fala, o que eles puderem fazer pra tirar essas malocas daqui. Eles vão tirar porque eles querem é condomínio querem mercado e coisa. (*Entrevista*) (AQUINO, 2022)

Genro (2022) correlaciona a localização com os problemas de transporte público na cidade:

É, isso tem um impacto gigantesco, primeiro por causa do transporte, né? que é uns problemas mais graves de garantia do direito de ir e vir, né? aí não é à toa que as manifestações que ocorreram lá em junho de 2013 tiveram como primeira reivindicação a questão do transporte. (*Entrevista*) (GENRO, 2022).

Castro (2022) relaciona a localização com os laços sociais e redes de solidariedade existentes na comunidade:

[...] aqui dentro da vila é todo mundo conhecido, todo mundo se conhece, é bem acolhedor. A maioria voltou aqui, porque ficou mãe, ficou pai, ficou tio e eles não conseguiram se habituar noutros lugares. Porque aqui tu não precisa sair de dentro da comunidade. Quer ir pro centro de Porto Alegre é 15 minutos do centro, tu quer ir no Postão, tem o Postão dentro da comunidade, tu sai ali é 5 minutos do Postão. (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Aquilo (2022), noutro momento de sua entrevista, também faz essa relação:

[...] eu gosto de morar aqui porque meus parentes moram próximo, né? E é próximo do centro, tem a UPA do Postão ali na Vila Tronco, e eu me dou bem com os moradores né, principalmente com as crianças. Então aqui é meu cantinho, eu disse pro Beto, aqui eu me achei. *(Entrevista)* (AQUINO, 2022).

As questões de solidariedade, ajudas e relações pessoais são, normalmente, ignoradas na análise dos prejuízos trazidos pelas expulsões de famílias nas regiões que sofrem gentrificação. Mas, são importantíssimas no cotidiano de famílias da região, já que as mesmas contam com pouca assistências públicas. Marzulo (2022) destaca a importância de se observar essas questões no seguinte trecho:

Tem um outro efeito que é social geral, que é clássico nessas discussões, que é o desmantelamento de uma rede de sociabilidade de ajuda, de cooperação que essas famílias, há muito tempo, enraizadas [...] embebidas no território, constroem ao longo de décadas, ao longo de gerações. Então tem a vizinha, amiga da vó, então três gerações aí, né? que se dispõe a ficar com as crianças daquelas famílias. Então esse tipo de rede de sociabilidade que constitui laços socioeconômicos, ele é defeito. Porque as indenizações, as remoções são por unidade doméstica por prédio, então, às vezes, desfazendo relações familiares, né? uma casa que está construída perto da outra, que tem um núcleo ali de relações familiares, que acaba sendo desmontado. [...] vai desfazer esse tecido socioeconômico de apoio né? de apoio de comida né? A vizinha que faz: “ó sobrou feijão, tô lhe trazendo aqui”, “posso ficar com a criança”, “pode me dar uma carona?”, o que é fundamental nessa vida de caráter mais comunitário, então se perde muito e o custo é geral né? *(Entrevista)* (MARZULO, 2022).

Castro (2022) destaca, nesse sentido, a realidade de muitas mães solo na região:

Se elas têm que sair pra trabalhar elas têm onde deixar os filhos dela. Se elas tiverem que deixar a criança com A ou B, elas sabem quem é a pessoa que elas vão deixar. *(Entrevista)* (CASTRO, 2022).

Como visto, a luta de muitas famílias para permanecer ou voltar à sua comunidade se deve por vários fatores. Contudo, Marzulo (2022) relata que com o avanço da gentrificação será mais difícil tanto permanecer como retornar à região:

[...] não dá pra comprar nada aqui perto, nós vamos ter que morar lá no Lami, vamos ter que ir lá pra Ponta Grossa entendeu? É aonde esse dinheiro vai dar e aí vai aumentar o custo de transporte, vai afastar das áreas de geração de renda e de possibilidade de trabalho[...] Reproduz mecanismos de desigualdade socioespacial, né? que é um dos aspectos que eu trabalho, enfim, com um grau de centralidade, eu trabalho com favela, periferia e tal, mas cada vez mais a questão é a desigualdade socioespacial, o quanto a desigualdade socioespacial é um elemento central na reprodução da desigualdade socioeconômica. *(Entrevista)* (MARZULO, 2022).

Genro (2022) vai ao encontro da explanação anterior:

A melhoria da área, né? ela acontece para as pessoas que consegue pagar para morar nessas áreas, as pessoas que já moram mal ali, ao invés de passarem a morar bem, elas vão morar mal em outro lugar, né? Então essa é da gentrificação e desses grandes empreendimentos urbanísticos. (*Entrevista*) (GENRO, 2022).

Ainda sobre os impactos das remoções e reassentamentos, esses foram ignorados em muitas das reportagens sobre o descontentamento da população acerca das obras da Tronco e suas consequências:

Durou pouco mais de cinco horas a manifestação desta quinta-feira na região sul de Porto Alegre. O protesto teve como principal motivação a remoção de famílias da avenida Tronco em razão das obras de duplicação da via[...] Com previsão de conclusão para maio de 2014, o projeto da avenida Tronco prevê a duplicação de 5,6 km da via, ligando os bairros Teresópolis e Cristal. De acordo com a prefeitura da Capital, cerca de 1,5 mil famílias serão realocadas para a realização da obra. (GZH, 2013)

Esse tipo de reportagem reforça a compreensão do papel desabonador das lutas e desumanizador das e dos resistentes às políticas em questão.

Contudo, cabe informar, que as obras não atingiram negativamente apenas as famílias que sofreram remoção. Nas várias partes das entrevistas são comentados os efeitos negativos das obras:

[...] prejudicou até a água aqui nossa né, tem vezes que a gente fica uma semana sem água[...] que adianta pegar essas obras se não se definem, se concluem as obras[...] aqui é um bairro, um lugar carente, se fosse num bairro de classe média as obras já tinham terminado faz tempo[...] A gente é esquecido, a gente é pobre, eles acham que a gente não pode ter uma vida digna, tem que ser sempre esse misério, falta luz, falta água. As pessoas estão revoltadas é com a obra (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

A reportagem abaixo do jornal Correio do Povo (2020) corrobora os apontamentos descritas por Aquino (2022):

O abastecimento de água na zona Sul de Porto Alegre deve se normalizar entre a noite desta terça-feira e a madrugada de quarta-feira. A região está sem o serviço, desde as 5h de segunda-feira, em razão do rebaixamento de uma adutora de água, na Vila Cruzeiro. A obra integra o cronograma da duplicação da avenida Tronco[...] Com a retomada das obras na Tronco, podem ser necessários outros serviços emergenciais e programados, que serão divulgados pela prefeitura e pelo Dmae (CORREIO DO POVO, 2022)

Castro (2022) cita ocorrências mais graves, resultando da duplicação e reforma na Avenida:

Deu muito acidente ali, como eles desviaram o trânsito e não botaram sinalização. Teve morte, teve acidente. (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Cardoso (2022) complementa:

Bem eu volto novamente naquela tecla, quando é uma obra em um bairro, Lucas de Oliveira, Moinhos de Vento, Mon't Serrat, eles fazem toda uma segurança daquela obra, daquela avenida, pode ver que eles colocam aquelas telas vermelhas[...] eles fazem de modo pra que não tenha acidente, já na comunidade muda[...] parece que não tem pessoas que moram ali, não tem crianças. Teve uma funcionária nossa aqui que o filho enfiou um ferro na perna caiu num buraco, que demoraram tanto tempo para remover aquele entulho e criou um mato ali, do lado de uma parada de ônibus e as crianças saindo da escola passaram por ali não viram que, simplesmente né, um matagal, e sabe como é uma criança, né? Eu fui lá ver, foi horrível. Veio bombeiro e para tirar aquele ferro, ferrolho de obra da perna da criança, tiveram que serrar o ferro para, porque não tem como puxar, né? aí é pior, tu tem que cortar o ferro e levar a criança com aquele ferro na perna para fazer uma cirurgia no hospital. Mas foi, deu tudo certo[...] Acha que isso ia acontecer lá no Moinhos de Vento? Com o filho de um arquiteto, filho de um engenheiro? Olha o rolo que ia dar, ia neguinho pra rua velho, até o prefeito perigava cair, não é? (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Embora com pouco destaque, a imprensa tradicional repercutiu um dos acidentes causados pelo descaso com a segurança com a população no que envolve à obra na Avenida Tronco:

Foi em meio aos entulhos deixados após a demolição das casas que darão lugar à Avenida Tronco - uma das obras de mobilidade previstas para a Copa -, no Bairro Cristal, que Giovani Rubira Ferreira, nove anos, tropeçou em uma pedra e cravou uma viga na perna direita[...] No local, há tijolos, pedaços de concreto, vigas e lixo espalhado. Segundo moradores, as famílias saíram dos terrenos há pelo menos oito meses, mas o entulho continua lá (GULARTE, 2014)

Para as famílias que continuaram na Grande Cruzeiro, além dos impactos das obras na Tronco, há os impactos da urbanização e gentrificação na região e em seu entorno, conforme nos explica Marzulo (2022):

[...] tem os efeitos indiretos esses, né? tudo passa a ficar mais caro em volta, né? porque se aburguesou a área. Então, às vezes, mesmo famílias que não são levadas à remoção, elas passam a ter dificuldade de viver no lugar, né? porque o mercadinho da esquina virou agora uma loja de conveniência[...] o boteco virou um café vegano [...] são nomes que remetem ao encarecimento que aquela população tradicional não consegue ter. (*Entrevista*) (MARZULO, 2022).

Genro (2022) complementa esse argumento:

O problema não é que cidade vai ganhar, cidade não existe enquanto um ente homogêneo, né? A cidade é composta por diferentes classes sociais e algumas classes ganham outras classes perdem. E o que se ganha em geral, do ponto de vista de áreas de lazer, que poderíamos considerar que são áreas mais democráticas, né? porque impede qualquer pessoa pode ter acesso. Na verdade não funciona assim, porque os segmentos mais empobrecidos da população estão sendo jogados cada vez para as áreas mais distantes da cidade. E as pessoas não têm sequer recursos financeiros para se deslocar, né? então elas não conseguem aproveitar esses novos espaços de lazer ou conseguem aproveitar muito raramente, né? quando tem passe livre de ônibus ou quando conseguem ter um dinheiro para pagar uma passagem. Então do ponto de vista do aproveitamento das áreas de lazer para o conjunto da cidade, não funciona assim e do ponto da moradia é muito evidente que as pessoas mais pobres só estão perdendo, porque, justamente, ao invés de terem os seus locais originais de moradia melhorados e urbanizados devidamente para que as pessoas pudessem lá ficar morando dignamente. (*Entrevista*) (GENRO, 2022).

Totalmente oposto a isso, interesses privados com auxílio do poder público e boa parte da mídia consideram os processos de urbanização e gentrificação como positivos para a cidade, sobretudo para a região que estamos tratando:

Além de agregar beleza e sofisticação à paisagem de Porto Alegre, o Golden Lake contribuirá com o desenvolvimento da região e da cidade por meio da realização de obras e de benfeitorias previstas nas contrapartidas do empreendimento, que somarão R\$ 170 milhões em recursos aplicados ao longo da sua construção, incluída uma relevante revitalização da Orla. (O SUL, 2021) (grifo meu).

Cardoso (2022) e Viana (2022) anteriormente evidenciaram a questão racial no contexto da Grande Cruzeiro, por se tratar de uma das regiões com maior presença negra de Porto Alegre. Tendo isso em mente, é importante relacionar tal questão com o processo de gentrificação em andamento. Para isso, utilizo Cordero (2016 apud Marco et al, 2020, p. 2), que nos apresenta um conceito de reflexão sobre o tema: racismo urbanístico. O autor relaciona a gentrificação com as questões raciais, considerando a gentrificação como um processo de colonialidade do poder, pois expulsa as famílias utilizando ferramentas administrativas, jurídicas e policiais, não oferecendo à comunidade armas de resistência e de objeção para contestar o processo em si e seus abusos.

A população que lá habita há muito tempo, superando diversas adversidades geográficas, climáticas, sociais, econômicas e de infraestrutura, está sendo deixada de lado nesse processo. Contudo, como mostra a história da Grande Cruzeiro, a comunidade mais uma vez está resistindo como pode à patola da gentrificação.

Foi exposto neste trabalho alguns exemplos de lutas e resistências seja contra as remoções oriundas das obras da Avenida Tronco, como contra o PL da venda do terreno da FASE. Mas, a resistência contra a gentrificação, contra os ataques e agressões - físicas e verbais - vindas da imprensa, da polícia e outras instituições, fazem parte do cotidiano da Grande Cruzeiro desde sempre.

Nesse sentido, podemos não considerar a luta pela municipalização do PACS, pelo direito à moradia, pelo direito à vida - como nos casos dos assassinatos de Jane Beatriz Machado da Silva e Bruno Queiroz Galvão Campos - como formas de resistência?

Mas, resistir à tantos ataques exige muita força e ajuda, nessa perspectiva, Genro (2022) coloca:

é um conjunto de ações, né? que são necessárias e diversas esferas. Primeiro lugar é a mobilização das próprias comunidades, sem a mobilização das próprias comunidades não se consegue em absoluto avançar. Aí dependendo do grau de mobilização que se tem, se consegue ganhar apoios institucionais, né? no caso aqui na Assembleia com a Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Digna, a própria Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. A gente busca através dessas instâncias fazer pressão política. O Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, então são diversas esferas institucionais que podem se somar. [...] Mas tudo isso só consegue ter realmente uma força real, quando a população resiste, né? e quando a população se organiza. Por isso é muito importante, os movimentos de luta pela moradia. (*Entrevista*) (GENRO, 2022).

A comunidade deve atuar junto, pois todas e todos, independente de qual vila pertence, sofre com o preconceito, o descaso e o esquecimento:

A gente tá chorando, nossa comunidade a gente chora, porque a gente podia tá bem melhor do que a gente tá (*Entrevista*) (CASTRO, 2022).

Cardoso (2022) luta pela visibilidade das lutas, pela compreensão delas, dentro e fora da comunidade:

segue nossa luta sempre, sempre nessa luta para tentar dar visibilidade para a região, os próprios moradores também para que eles se atentem a isso, para que eles tenham essa percepção, né? de mundo que muitas vezes não tem, né? não se tem. Não posso me apegar só a violência, aqui dentro tem muita coisa boa. Que nem eu digo, a violência aqui é 1% de uma gama de coisas boas que tem aqui dentro, sabe? só que é esse 1% que é falado, né? [...] nós aqui, a gente tem uma banda marcial aqui dentro. Essa nossa banda marcial já participou do campeonato nacional, né? onde ela ganhou. Nós estamos indo agora em julho para Santa Catarina no encontro de bandas nacionais. [...] nós vamos ser a única representante do estado. Vai tá todos estados do Brasil e só nossa banda, aqui da Cruzeiro, vai representar o estado e isso não é falado, sabe? se comenta sobre isso? É difícil, se

comenta mais é “ó fuzilaram um ali” ou “ó um aqui”, “a não sei o outro aqui” só isso que é o destaque. (*Entrevista*) (CARDOSO, 2022).

Aquino (2022) nos mostra que resistir é também ajudar:

Pantanal significa tudo pra mim, né? Porque precisam de mim aqui e estou aqui para ajudar no que puder. Eu sei que tem muita gente aqui que precisa de mim e se eu puder ajudar eu ajudo então eu vou ficar aqui até quando Deus permitir. (*Entrevista*) (AQUINO, 2022).

A Grande Cruzeiro nos mostra que resistir é sobreviver. Pois se hoje há naquela região luz, água, casa e gente, é porque teve, tem e espero que sempre tenha gente negra resistindo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de gentrificação, apesar de novas políticas, meios e ferramentas, vem gerando o que sempre gerou na história de Porto Alegre: a expulsão da população, majoritariamente, negra e pobre de sua respectiva comunidade para uma região mais periférica e precarizada. Com mais periférica quero dizer: mais afastada da região central da cidade, onde se encontraram menos escolas, universidades, hospitais, empregos, saneamento básico, moradia digna, em resumo, mais longe dos direitos básicos.

Como vimos, grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e gigantescos empreendimentos, como o BarraShoppingSul, o Pontal e o Golden Lake estão relacionados diretamente às políticas gentrificadoras sofridas pela Grande Cruzeiro e redondezas, não sem o auxílio dos órgãos públicos competentes e parte da imprensa. Essas políticas atingem a cidade como um todo, propiciando um aprofundamento da desigualdade social, que por sua vez produz mais fome, violência e mortes.

Embora não o trabalho foque na Grande Cruzeiro, cabe destacar que processos semelhantes aconteceram e seguem acontecendo em Porto Alegre, como: Colônia Africana, Menino Deus, Ilhota, Vila Dique, Quarto Distrito e outros.

Assim sendo, sem crítica, luta e resistência às políticas gentrificadoras, muitas mais famílias terão de vivenciar remoções e reassentamento, se afastar de amigos e parentes, dar adeus as suas casas e as suas comunidades.

Em tudo que foi exposto e tratado nas entrevistas e no restante do trabalho, fica nítida a relação entre as políticas gentrificadoras e sua repercussão midiática e pública com as questões de preconceito e desigualdade racial no Brasil. Além do que, a Grande Cruzeiro possui enormes dificuldades estruturais, econômicas e sociais e isso não pode ser desvinculado à etnicidade da sua população, que conforme visto é uma dar regiões com maior presença negra da cidade.

Cardoso (2022) tem toda a razão quando critica a falta de cobertura da imprensa e falta de interesse e procura de quem não é da Grande Cruzeiro às coisas boas da região. E de tantas coisas boas que vi na Grande Cruzeiro e de sua população, a que eu mais admiro é a resistência.

6. FONTES

AMOVICS. **Início**. 201-. Disponível em: <https://amovics.wordpress.com/>. Acesso em: 11 de mar. 2022.

ARGENTA, Evelin. **Após 5 horas, termina manifestação contra obra na avenida Tronco**. GAÚCHA ZH. [S. I.], 4 jul. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/transito/noticia/2013/07/apos-5-horas-termina-manifestacao-contr-obra-na-avenida-tronco-cj5v9zseo02qmxbi066jnb18e.html>. Acesso em: 7 mar. 2022.

AQUINO, Rejane dos Santos. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro**. Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

CAMARGO, Katia. **Comunidade e trabalhadores festejam o aniversário de 30 anos do Postão da Cruzeiro**. Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. 2018. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cms/default.php?req=229&-p_secao=8. Acesso em: 11 mar. 2022.

CANÔNICO, Leandro. **Brasil é confirmado como sede da Copa-2014 e já vê briga interna**. UOL. [S. I.], 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas/2007/10/30/ult59u135209.jhtm>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CARDOSO, Luciano Soares. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro**. Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

COOTRAVIPA. **Nossa História**. S. d.. Disponível em: <http://www.cootravipa.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

COOTRAVIPA. **Serviços Públicos**. S. d.. Disponível em: <http://www.cootravipa.com.br/servicos-publicos>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CORREIO DO POVO. **Abastecimento de água na zona Sul deve normalizar na madrugada em Porto Alegre**. [S. I.], 24 nov. 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/abastecimento-de-água-na-zona-sul-deve-normalizar-na-madrugada-em-porto-alegre-1.526310>. Acesso em: 6 mar. 2022.

DE CASTRO, André Luís. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro**. Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. **Análise preliminar - reassentamento das famílias das ocupações irregulares atingidas pelo projeto**

da **Av. Tronco – Copa 2014.** 2011. Disponível em: https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/usu_doc/copa/coparelati mpactosocial6_1.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

DOMINGUES, Fabian Scholze. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro.** Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

DUARTE, Rachel. **Moradores criticam política habitacional da Prefeitura de POA.** Sul 21. Porto Alegre. 2 de maio de 2012. Disponível em <https://sul21.com.br/noticiasultimas-noticiaspolitica/2012/05/moradores-criticam-politica-habitacional-da-prefeitura-de-porto-alegre/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

EBC. **Porto Alegre: saiba quais serão os jogos da Copa no Beira-Rio.** 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/esportes/2013/12/porto-alegre-saiba-quais-serao-os-jogos-da-copa-no-beira-rio>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FERREIRA, Marcelo. **União de Vilas desperta o poder popular para encarar o coronavírus na periferia.** Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <https://www.brasil-defato.com.br/2020/07/08/uniao-de-vilas-desperta-o-poder-popular-para-encarar-o-coronavirus-na-periferia>. Acesso em: 13 mar. 2022.

GAVA, Renato. **Moradores acusam Brigada de executar jovem em Porto Alegre: PMs garantem que rapaz de 18 anos estava armado e os atacou primeiro. Polícia Civil investiga..** Diário Gaúcho, PORTO ALEGRE, 23 dez. 2014. Polícia, p. -. Disponível em: <http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/12/moradores-acusam-brigada-de-executar-jovem-em-porto-alegre-4669460.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GENRO, Luciana Krebs. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro.** Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

GUERREIRO, Anderson. **Projeto que permite agrupar Bônus Moradia é aprovado na Câmara.** PREFEITURA PORTO ALEGRE. [S. l.], 11 ago. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smharf/noticias/projeto-que-permite-agrupar-bonus-moradia-e-aprovado-na-camara>. Acesso em: 9 mar. 2022.

GULARTE, Jeniffer. **Menino se fere em entulhos da Avenida Tronco.** GAÚCHA ZH [S. l.], 10 out. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/10/Menino-se-fere-em-entulhos-da-Avenida-Tronco-4617876.html>. Acesso em: 6 mar. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ISAÍAS, Cláudio. **Duplicação da avenida Tronco, em Porto Alegre, poderá ser concluída em dois anos.** Correio do Povo. 15 fev. 2021. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/duplica%C3%A7%C3%A3o-da-avenida-tronco-em-porto-alegre-poder%C3%A1-ser-conclu%C3%ADda-em-dois-anos-1.571233>. Acesso em: 7 mar. 2022.

JORNAL DO COMERCIO. [S. I.], 4 nov. 2011. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=77754>. Acesso em: 20 mar. 2022.

JORNAL DO COMERCIO. **Golden Lake mudará paisagem da zona Sul da Capital.** 2021. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/especiais/construcao_civil/2021/10/817120-golden-lake-mudara-paisagem-da-zona-sul-da-capital.html. Acesso em 7 de abr. 2022.

KLEIN, Jefferson. **Projeto Golden Lake deve ser lançado ainda neste ano.** JORNAL DO COMERCIO. [S. I.], 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/economia/2020/07/746008-projeto-golden-lake-deve-ser-lancado-ainda-neste-ano.html>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MARZULO, Eber Pires. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro.** Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

MELCHIONNA, Fernanda; BECKER, Nina. **Mapa dos direitos humanos, do direito à cidade e da segurança pública de Porto Alegre 2015.** Porto Alegre: Stampa Comunicação, v. 200, 2015. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapa_seguranca_2015.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

MELNICK EVEN. **Pontal:** Novo Empreendimento Imobiliário - Melnick Even. Disponível em: <https://www.melnickeven.com.br/pontal/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

O SUL. **Bairro Golden Lake começa a transformar Porto Alegre.** [S. I.], 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.osul.com.br/bairro-golden-lake-comeca-a-transformar-porto-alegre/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

OBSERVA POA. **Região Cruzeiro.** S. d. Disponível em: http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=11_0_0. Acesso em: 13 fev. 2022.

PAGANELLA, Eduardo; ROSA, Vitor; BECKER, Laura; VIESSERI, Bruna. **Moradores protestam após morte de líder comunitária na Cruzeiro, em Porto Alegre.** GAUCHA ZH. [S. I.], 8 dez. 2020. Disponível em: <https://gauhazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/12/moradores-protestam-apos-morte->

[de-lider-comunitaria-na-cruzeiro-em-porto-alegreckig8vd4y0053019w1pw1w094.-html](#). Acesso em: 23 fev. 2022.

PMPA. **Empenho, liquidação e pagamentos efetuados por lote e obra**. S. S. s. Disponível em: <https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/obras-publicas/copa-mundo-2014/obras-execucao>. Acesso em: 17 fev. 2022

PREFEITURA PORTO ALEGRE. [S. I.], 26 fev. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smharf/noticias/prefeitura-faz-mudanca-de-ultima-familia-da-avenida-tronco>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PREFEITURA PORTO ALEGRE. **Licitações Copa 2014**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=214. Acesso em: 9 mar. 2022.

PREFEITURA PORTO ALEGRE. **Socioambiental: Inaugurada a maior obra de saneamento da Capital**. 2014. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=168672&SOCIOAMBIENTAL:+INAUGURADA+A+MAIOR+OBRA+DE+SANEAMENTO+DA+CAPITAL. Acesso em: 9 mar. 2022.

ROCHA, C. S. **Regularização fundiária em Porto Alegre: um estudo da distribuição espacial**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade de Campinas, 2007. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/-usu_doc/regulariz_fundi_cris.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

SFREDO, M. **Venda do Golden Lake, com 18 torres ao lado de shopping em Porto Alegre, começa em janeiro**. Gaúcha ZH, Porto Alegre, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2020/12/venda-do-golden-lakecom-18-torres-ao-lado-de-shopping-em-porto-alegre-comeca-em-janeirockis14o9z001g019woq14ynob.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

VIANA, Marcus. **Entrevista sobre as políticas de gentrificação na Grande Cruzeiro**. Entrevistador: Vinícius dos Santos Silva. Porto Alegre. 2022.

WALMART/USA. **About**. S. d. Disponível em: <https://corporate.walmart.com/about>. Acesso em: 12 mar. 2022.

WEBER, Jéssica. **Bairro privativo consolida transformações da orla do bairro Cristal**. GAUCHA ZH. [S. I.], 6 out. 2021. Disponível em: <https://gau->

chazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/10/bairro-privativo-consolida-transformacoes-da-orla-do-bairro-cristal-ckufymsyd0015017fd8g2ebwe.html. Acesso em: 27 fev. 2022.

ZERO HORA. **Conclusão da Avenida Tronco depende de desapropriações.** Zero Hora. 2014Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida..** Acesso em 07 de dez. 2021

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; RODRIGUES, Josiane Braga. **Cultura Negra: A abordagem da história do negro na cidade de Porto Alegre.** Revista Latino-Americana de História, São Leopoldo, v. 2, ed. 6, p. 342-355, 2013. DOI <https://doi.org/10.4013/rlah.v2i6.199>. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/199>. Acesso em: 1 set. 2021.

ÁVILA, Fátima, ARAÚJO, Jeferson Rasquim. **Vilas da grande cruzeiro. Porto Alegre:** Unidade Editorial/SMC, 2006. Disponível em: <https://cphpoa.wordpress.com/2015/03/31/vilas-da-grande-cruzeiro-santa-tereza/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

AVOZANI, Waleska Andrzejewski. **Shopping centers e impactos na estrutura espacial urbana: o caso do Barra Shopping Sul em Porto Alegre.** 2020. 168 p. Dissertação (Mestrado - Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. DOI <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218481/001123248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/-10183/218481>. Acesso em: 1 set. 2021

AZAMBUJA, Maria Inês. **"Alguns indicadores sociais para se pensar a Região da Cruzeiro."** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/saudeurbana/wp-content/uploads/2018/06/Azambuja2015AlgunsIndicadoresSociaisParaPensarRegiaoCruzeiro20150929.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BARBOSA, Ana Patrícia. **Entre sociabilidades e representações sociais: uma experiência etnográfica na Vila Cruzeiro do Sul, Porto Alegre.** ILUMINURAS, v. 16, n. 38, 2015. DOI <https://doi.org/10.22456/1984-1191.57435>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/57435>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BARBOSA, Ana Patrícia. **Políticas Públicas E Construção De Identidades Sociais: Um Estudo Etnográfico Acerca Das Experiências Geracionais Juvenis Na Região Da Grande Cruzeiro, Em Porto Alegre/Rs.** Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 13, n. 1, p. 99-111, 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/-article/view/421>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BIER. **Vendendo o Morro Santa Teresa.** 2010. Disponível em: <http://diariogauche.blogspot.com/2010/04/vendendo-o-morro-santa-teresa.html>. Acesso em: 8 de mar. 2022.

BOHRER, F. R.. **Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na pósabolição.** In: Iluminuras, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011. DOI <https://doi.org/10.22456/1984-1191.25348>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/25348>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CAVALHEIRO, Ana Danielle Santana. **O Morro é nosso: sobre a luta pelo direito à moradia e a preservação do bem comum.** 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158578>. Acesso em: 20 fev. 2022.

COMIM, Daniela Oliveira. **Planejando ou vendendo a cidade: gestão urbana no caso do bairro Cristal, em Porto Alegre.** 2010. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26031>. Acesso em: 20 fev. 2022.

COSTA, Angela Maria Faria da. **Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre/RS: uma análise a partir dos Quilombos do Areal e da Família Silva.** Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares. 2008. 78 p. TCC (Graduação - Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. DOI <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16006/000679141.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/16006>. Acesso em: 1 set. 2021.

DA ROCHA MACHADO, Janete. **História da via férrea na zona sul de Porto Alegre.** Oficina do Historiador, v. 1, n. 1, p. 78-91, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/N%C3%83%C6%92O%20https://www.scimagojr.com/index.php/oficinadohistoriador/article/view/7013>. Acesso em: 14 abr. 2022.

DE BRITO, Azenath Clarissa Arcoverde Gomes; LOPES, Ms Maria Elisa. **O papel da educação escolar para o exercício da cidadania.** Revista Primus Vitam N^o, v. 7, n. 2^o, 2014. Disponível em: http://delphos-gp.com/primus_vitam/primus_7/azenath.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

DE FARIA CRUZ, Heloisa; DA CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221>. Acesso em: 16 dez. 2021.

De MARCO, C. M., Santos, P. J. T., & Möller, G. S. (2020). **Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade**

como proposta decolonizadora. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 12, e20190253. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>. Acesso em: 3 fev. 2022.

DE MOURA, Carla; SEFFNER, Fernando. **As Escrevivências Das Marias Da Conceição**: Construção De Narrativas Históricas Situadas. Revista Práxis, v. 2, p. 07-33, 2019. DOI <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.1748>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=525562377002>. Acesso em: 1 set. 2021.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; DE MORAES FERREIRA, Marieta. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90>. Acesso em: 13 fev. 2022.

DINIZ, L. S., & SILVA, C. P. B. (2019). **Reestruturação estratégica e gentrificação em Belo Horizonte**: novo cenário, velhas medidas. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180052. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO05>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO05>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DOMINGUES, Edson Paulo; BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio; FAVARO et. al. **Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossie_copa_poa_bollbrasil.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

DORFMAN, Adriana (Org.). **As origens de Porto Alegre e da Região Metropolitana**. In:_____. Território e Lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Letra 1, Instituto de Geociências/UFRGS, 2015. p. 23-32. Disponível em: https://issuu.com/pro-reitoriadepesquisaufrgs/docs/territorios_e_lugares_rmpa_1. Acesso em: 1 set. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, p. 314-332, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2022.

FLEURY, Sônia; DE CARVALHO, Antônio Ivo. **Instituto Nacional De Assistência Médica Da Previdência Social (INAMPS)**. FGV. S. d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-assistencia-medica-da-previdencia-social-inamps>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FONSECA, Laura Souza; SILVA, Janaína Barbosa da; RHEINHEIMER, Mariana Schleder. **Os impactos das obras para a Copa do Mundo na região da Grande Cruzeiro e o direito à moradia**. Revista da Extensão. Porto Alegre. N. 16 (out. 2016), p. 78-83, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/207027/001009930.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 set. 2021.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrificação e (re) organização urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre (1965-1995)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre. 2003.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana**. Um estudo sobre gentrificação. Cadernos Metrópole [online]. 2014, v. 16, n. 32 [Acessado 01 Setembro 2021] , pp. 341-364. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>>. ISSN 2236-9996. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>. Acesso em: 3 de out. 2021.

GATTI, A. **Potenciais riscos aos participantes**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A849 Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. 133 p.; v.1. p.35-41. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114459>. Acesso em: 14 mar. 2022.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. **A História do Tempo Presente**. Cadernos do Tempo Presente, v. 12, n. 01, p. 13-27, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/15714>. Acesso em: 20 fev. 2022.

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/177570>. Acesso em: 1 set. 2021.

KNEBEL, Norberto Milton Paiva. **Questão urbana, seletividade penal e arquitetura do medo: a gentrificação do Humaitá em Porto Alegre**. 2017. 237 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade La Salle, Canoas, 2017 Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/774>. Acesso em: 10 set. 2021

MAGALHÃES, Aline Souza. **Quanto vale o show?: Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 41, n. 2, p. 409-439, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/PNxNHQMB3RJfBd5w7wqPKvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

MARASCHIN, Clarice; AVOZANI, Waleska Andrzejewski. **Dinâmica do perfil populacional no entorno de shopping centers**. Blucher Design Proceedings. Blucher, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216682>. Acesso em: 14 jan, 2022.

MARCO, Cristhian Magnus De, Santos, Paulo Junior Trindade dos e Möller, Gabriela Samrsla. **Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]. 2020, v. 12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MENDES, L. F. G.(2015). **As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica**. Revista Cidades, 12(20), 207-252. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11961>. Acesso em: 13 fev. 2022.

NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **“Os higienistas estão voltando”**: biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço urbano no Brasil / "Hygienists are coming back": biopolytics, subalternized classes and occupation of urban space in Brazil. Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 596-619, maio 2018. ISSN 2317-7721. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30172>. Acesso em: 01 set. 2021.

NIGRO, Cíntia. **Urban revitalization at downtown areas: discussions on the case of the city of São Paulo**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 3, n. 2, p. 49-60, 1999.

MUNHOZ, Manoela Rodrigues. **“Eles passarão, eu passarinho”**: o processo migratório das famílias vinculadas ao Programa Integrado Entrada da Cidade de Porto Alegre/RS. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2015. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/589>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NABUCO, Ana Luiza et al. **Terra urbana, propriedade e gentrificação na periferia**: dinâmica imobiliária e capitalismo patrimonial no Vetor Norte de Belo Horizonte, Brasil, 1999 a 2019. 2021. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36307>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Carrinheiros**: cotidiano e itinerários urbanos de catadores de lixo da Vila Cruzeiro em Porto Alegre. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 7 (2003), 23 p., 2003. Disponível em <https://doi.org/10.22456/1984-1191.9159>. Acesso em: 1 set. 2021.

NEGREIROS, Fabiano Almeida. **Uma análise do papel de líderes comunitários, a partir de seus discursos, em face da desmobilização política de suas comunidades**. 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/204456>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NODARDI, Gabriela Rosa. **Plano de Intervenção Local: Cristal + Santa Tereza**. Trabalho De Conclusão de Curso Arquitetura e Urbanismo. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217987/001113839.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 fev. 2022.

NOVIKOFF, Cristina. **Proposições Científicas E Éticas Aplicadas Em Entrevista E Questionário**. Revista Valore, v. 5, p. 5027, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/472>. Acesso em 28 abr. 2022.

NUNES, A. C. P.; GELAIN, B. P.; VELOZO, E. G.; ZILIO, T. A.; VERDUM, R. **A paisagem do Barra Shopping Sul e seu entorno**: uma análise pela percepção dos usuários para o planejamento local e regional. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 37, p. 9-26, 2021. Disponível em: <http://200.198.145.164/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4443>. Acesso em: 3 abr. 2022.

OLIVEN, Ruben George. **A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul**. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123364>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PEREIRA, Artur Oriel. **O que é lugar de fala?**. Leitura: Teoria & Prática, v. 36, n. 72, p. 153-156, 2018. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/viewFile/670/448>. Acesso em: 7 mar. 2022.

PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade**. Vida e trabalho. 1880-1920. Porto Alegre: Edufrgs, 1994.

PORTELLI, Alessandro et al. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, v. 14, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 1 set. 2021.

RÉOS, Janete Cardoso. **Participação em saúde na gerência distrital 5 de Porto Alegre: Glória/Cruzeiro/Cristal (1980-2000)**. 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165449>. Acesso em: 1 set. 2021.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2019.v43nspe8/360-362/pt/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

RICOEUR, Paul. **Da metafísica à moral**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

RODRIGUES, Manoela Barboza. **A Orla do Guaíba em transformação**: Pontal do Estaleiro, o grande projeto urbano da orla central em Porto Alegre-RS. Trabalho de Conclusão de Curso. 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/206819>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). 2014. 312 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281205>. Acesso em: 01 set. 2021.

SANTAGADA, Salvatore. **A situação social do Brasil nos anos 80**. Indicadores Econômicos FEE, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/179>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANTOS, Alexandre Pereira et al. **O lugar dos pobres nas cidades**: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 9, p. 430-442, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/XdmjMh8vspQpmDHpjHm4MsM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

SCHURSTER, Karl. **A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos**. Revista Aedos, v. 7, n. 16, p. 423-440, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/52894>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Alexandre Barcelos. **De colônia africana a bairro Rio Branco: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio: Porto Alegre, 1920-1950**. 2015. 184 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5994>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOUZA, Anita Silva de. Projeto renascença: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15858>. Acesso em: 13 fev. 2022.

TEIXEIRA, Janaina Rodrigues. **Processo de favelização e impactos ambientais na zona sul de Porto Alegre: caso da Vila Mato Grosso**. 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28459>. Acesso em: 13 fev. 2022.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/177570>. Acesso em: 20 fev. 2022.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Nos caminhos da inclusão social: a rede de participação popular de Porto Alegre**. UNESCO, Representação no Brasil, 2004.

WESTIN, Ricardo. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou a opção do Brasil pelos latifúndios**. Seção Arquivo S: Edição , v. 71, 2020.

XAVIER, Regina. Célia Lima. **Raca, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição**. In: XAVIER, Regina; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LIMA, Henrique Espada; FORTES, Alexandre Fortes. (Orgs.). Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 103-132. Disponível em: <http://revper-seu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/8>. Acesso em: 1 set. 2021.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção**: o caso do bairro Restinga - Porto Alegre / RS. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24720>. Acesso em: 08 jan. 2022.

ANEXO A – ROTEIRO ENTREVISTA COM MORADORAS E MORADORES

Roteiro Entrevista com Moradoras e Moradores

1. Há quanto tempo você mora na Cruzeiro e em qual região da Cruzeiro? Como era o local quando você chegou? O que permanece igual desde aquele tempo? Quais as mudanças mais significativas?
2. Você gosta de morar aqui? Por quais razões?
3. O que essa região tem de diferente em relação às outras regiões da cidade?
4. Você tem observado mudanças de infraestrutura, tais como obras públicas, abertura de avenidas, construção de prédios públicos ou privados, supermercados, oferecimentos de serviços e em outros quesitos na região nos últimos anos?
5. Como você avalia essas mudanças de infraestrutura? Quais são as consequências dessas mudanças para a Cruzeiro, para você e para as pessoas ao seu redor?
6. Você lembra de algum momento em que a comunidade da Vila Cruzeiro se juntou para lutar por algum direito? O movimento teve resultado?
7. A comunidade costuma ou costumava fazer mutirão ou alguma forma de trabalho coletivo para resolver seus problemas?
8. Como você avalia essas reportagens sobre a Grande Cruzeiro? (reportagens que tratam as obras, remoções de famílias e etc como necessárias para a “modernização” da região)
9. Já aconteceu alguma coisa aqui que te fez pensar em se mudar? Se sim, você poderia explicar por qual razão esse acontecimento te fez pensar em viver em outro lugar?
10. Você conhece pessoas ou famílias que foram removidas das suas casas para outros locais da cidade em função de obras públicas? Na sua opinião foi melhor ou pior para elas esta mudança?
11. Por quais motivos você permanece morando na Cruzeiro?
12. Você poderia definir em apenas uma palavra o que significa - para você - morar na Cruzeiro?

ANEXO B - CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

1. Pelo presente documento, eu, _____, brasileiro/a, RG: _____, residente e domiciliado/a à rua _____ telefone: _____, **cedo e transfiro neste ato, gratuitamente**, em caráter universal e definitivo, às/aos pesquisador/as _____ e _____ e ao () Repositório de Entrevistas de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (REPHO/UFRGS), **a plena propriedade e a totalidade dos direitos patrimoniais de autor/a e os direitos de imagem, quando for o caso**, sobre o depoimento oral prestado, no(s) dia(s) _____, em _____ (local). Essa autorização **inclui()/não inclui()** a revelação da identidade do/a cedente ou de dados que possam vir a identifica-lo/a.

2. O REPHO/UFRGS, na pessoa dos/as pesquisadores/as a ele vinculados/as, está autorizado **a utilizar**, a disponibilizar, distribuir, comunicar ao público, reproduzir, transmitir, retransmitir, traduzir para outros idiomas, armazenar e a publicar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, no formato de texto transcrito, de imagem e voz ou apenas de voz, no Brasil e/ou no exterior, **inclusive disponibilizando-o na Internet**; podendo ceder seus direitos a terceiros no Brasil e/ou no exterior **para fins de pesquisa, educação e cultura**. O REPHO/UFRGS exigirá como requisito obrigatório aos que deste depoimento fizerem uso em qualquer situação, a citação do nome do/a depoente (quando autorizado), dos/as entrevistadores/as, bem como a data da entrevista e o endereço digital do arquivo.

O presente documento é assinado pelas duas partes, em duas vias de igual teor para que surta todos os efeitos.

_____, ___ de _____ de _____.

Nome e assinatura do/a entrevistada/o

Nome, assinatura e instituição dos/as entrevistadores/as

Telefones e e-mail para contato:

Pesquisador(es)/(as):

Contato com o REPHO – repho@ufrgs.br
